

**Dulcelina Lopes dos Santos**

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CABO VERDE: UM ESTUDO SOBRE A  
INCLUSÃO DE ALUNOS CEGOS NO ENSINO SECUNDÁRIO**

Trabalho Científico apresentado ao Departamento de Geociência, do Instituto Superior de Educação como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Biologia, sob orientação de Maria de Fátima Ramos Rodrigues Mendes Barbosa, Mestre em Ciências da Educação.

Instituto Superior de Educação

2006

**O Trabalho Científico: A Educação Inclusiva em Cabo Verde: Um Estudo de Caso  
Sobre a Inclusão de Alunos Cegos no Ensino Secundário**

**Elaborado por:** Dulcelina Lopes dos Santos

É aprovado pelos membros do júri, foi homologado pelo Conselho Científico, como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciatura em Biologia.

Praia \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2006

**O JÚRI:**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**Instituto Superior De Educação**

Data, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta memória monográfica, ao meu companheiro Euclides Gomes Soares de Carvalho, aos meus pais Luís dos Santos e Sabina Lopes e a minha filha Márcia Patrícia Lopes dos Santos Carvalho que sempre me amaram e me apoiaram de uma forma incondicional durante o meu percurso escolar.

Esta memória é dedicada de uma forma muito especial a minha filha Márcia que durante estes anos de formação sofreu com a minha ausência e aproveito o ensejo para pedir-lhe que me perdoe.

## **AGRADECIMENTOS**

Como se sabe para realização de qualquer pesquisa científica é necessário ajuda e colaboração de pessoas individuais e entidades, por isso aproveito a oportunidade para deixar algumas palavras de agradecimentos de uma forma sincera.

Primeiramente agradeço de uma forma muito especial à minha orientadora Mestre Fátima Barbosa que foi incansável e dedicada em me apoiar, em dar-me força em orientar-me. Mostrou sempre disponível em dar a sua colaboração para que hoje esse trabalho fosse apresentado.

Agradeço aos meus professores que de uma forma espectacular souberam transmitir-me os conhecimentos que hoje possuo, agradeço imensamente ao ISE, ao Departamento de Geocências na Pessoa de DR. Alberto da Mota Gomes chefe do departamento e de uma forma muito especial à Coordenadora do nosso curso DR. Ana Maria H. Almada.

Ainda exprimo os meus agradecimentos a todos os meus familiares que sempre me deram voto de confiança e que sempre apostaram em mim, aos meus colegas de curso pelos momentos maravilhosos e inesquecíveis que me proporcionaram, à direcção da Escola Secundária Manuel Lopes e à todos aqueles que de uma forma ou de outra contribuíram para o sucesso deste trabalho.

## **SIGLAS UTILIZADAS**

AVD- Actividade de Vida Diária

BO- Boletim Oficial

CMU- Código Matemático Unificado

DGEBS – Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário

EB - Ensino Básica

EBC- Ensino Básico Complementar

EBI- Ensino Básico Integrado

EE- Educação Especial

EEI – Educação Especial Integrada

ES – Escola Secundária

GEP – Gabinete de Estudos e Planeamento

INE – Instituto Nacional de Estatística

IP – Instituto Pedagógico

ISE – Instituto Superior de Educação

LBSE - Lei de Bases do sistema educativo

MEC - Ministério da Educação e Desporto (Brasil)

MED – Ministério da Educação e Desporto

MEES – Ministério da Educação e Ensino Superior

NARC - National Association of Retarded Citizens, E.U.A

NEE – Necessidades Educativas Especial

NLEI - Núcleo Local de Educação Inclusiva

OM- Orientação e Mobilidade

RBC – Reabilitação com Base Comunitária

RGPH -Recenseamento Geral da População e Habitação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura

## LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E ANEXOS

### QUADROS

<b>Quadro Nº 1</b> – Repartição da população portadora de deficiência segundo o tipo de deficiência por sexo.....	<b>21</b>
<b>Quadro Nº 2</b> – População portadora de deficiência segundo o meio de residência por tipo de deficiência.....	<b>23</b>
<b>Quadro número 3</b> – Repartição da população de 4 anos e mais portadora de deficiência por sexo segundo a frequência escolar.....	<b>24</b>
<b>Quadro número 4</b> – Repartição da população de 15 anos e mais portadora de deficiência por grupos etários segundo o nível de instrução e sexo.....	<b>26</b>
<b>Quadro número 5</b> – Repartição da população de 15 anos e mais portadora de deficiência por grupos etários segundo o nível de instrução e sexo.....	<b>27</b>
<b>Quadro número 6</b> – Taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais portadora de deficiência segundo o sexo por meio de residência e grupo etário.....	<b>29</b>

### GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Números de Alunos por Ciclo.....	<b>45</b>
<b>Gráfico 2:</b> Número de professores por habilitações literárias.....	<b>46</b>

## **TABELAS**

<b>Tabela Nº 1</b> – Caracterização da Amostra.....	49
---	----

## **ANEXOS**

ANEXOS I: Roteiro de questões para a entrevista

ANEXOS II: Organograma do Ministério da Educação

ANEXOS III: Alguns Materiais Utilizados Pelas Pessoas Cegas

## SUMÁRIO

	<b>Pag.</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>Definições e Conceitos.....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO I – A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO UMA ORIENTAÇÃO INTERNACIONAL.....</b>	<b>22</b>
1.1 Conferências Internacionais sobre Educação Inclusiva.....	22
1.2 As Declarações Internacionais como directrizes para a Educação Inclusiva.....	23
1.2.1- Declaração Mundial sobre Educação para Todos.....	23
1.2.2-A Declaração de Salamanca.....	24
<b>CAPÍTULO II – A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CABO VERDE.....</b>	<b>26</b>
2.1- Dados Estatísticos da População Portadora de Deficiência em Cabo Verde.....	26
2.1.1- Modalidades do tipo da deficiência.....	27
2.1.2- Frequência Escolar.....	30
2.1.3- Nível de Instrução.....	31
2.1.4- Analfabetismo.....	34
2.2- Legislação sobre a Educação das Pessoas com Deficiência em Cabo Verde.....	36
2.2.1- Constituição da República de Cabo Verde de 1980.....	36
2.2.2- Lei de Bases do Sistema Educativo.....	36
2.2.3- Constituição da República de Cabo Verde.....	38
2.2.4-Constituição da República de Cabo Verde – Versão Revisada.....	38
2.2.5- A Lei 122/V/2000 - Estabelece Bases Gerais da Prevenção, Reabilitação e Integração Social.....	39



2.2.6 - A Lei Orgânica do Ministério da Educação (2001).....	40
2.3- OUTROS DOCUMENTO ORIENTADORES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CABO VRDE.....	40
2.3.1 Plano Nacional de acção de Educação para Todos.....	40
2.3.2- Plano Estratégico de Educação.....	41
2.3.3- Programa de Governo.....	41
2.4- A responsabilidade do Ministério da Educação em relação as crianças e adolescentes com NEE.....	42
2.4.1 Organização dos serviços na linha da Educação Inclusiva.....	43
2.4.1.1 A actuação da Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário - Serviço central do Ministério da Educação e Ensino Superior.....	43
2.4.1.2- A actuação das Delegações do Ministérios da Educação e Ensino Superior - serviços regionais.....	45
2.4.2 Constrangimentos tidos na implementação da Educação Inclusiva no arquipélago de Cabo Verde.....	45
2.4.3 Prioridades definida pelos Sector da Educação Especial.....	46
<b>CAPÍTULO III: A INCLUSÃO DE ALUNOS CEGOS NO ENSINO SECUNDÁRIO..</b>	<b>47</b>
3.1 Caracterização do Ensino Secundário em Cabo Verde.....	48
3.2 Caracterização da <i>Escola</i> Secundária Manuel Lopes.....	47
3.2.1 O Corpo discente.....	50
3.2.2-Corpo docente.....	52
3.3 Caracterização da Amostra pesquisada.....	55
3.4 A frequência do Jardim-de-infância.....	56
3.5 A frequência do Ensino Básico.....	58
3.6 A frequência do Ensino Secundário: um percurso marcado pelo sucesso escolar.....	59

<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>65</b>
<b>SUGESTÕES.....</b>	<b>68</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>60</b>
<b>SITES CONSULTADOS.....</b>	<b>72</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>73</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho de investigação científica decorreu no âmbito do cumprimento de um dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Biologia pelo Instituto Superior da Educação (ISE).

A escolha deste tema resultou de um trabalho académico realizado no âmbito da disciplina de Metodologia de Biologia, leccionada pelo Docente Dr. José Manuel Moreno. Por ter sido um trabalho de grupo houve distribuição de temas e fomos contempladas com a temática “Necessidades Educativas Especiais e Biologia”. No referido trabalho se discutiu sobre a “Problemática da Integração das Crianças Portadora de Deficiência e Crianças com Dificuldades de Aprendizagem”. Essencialmente este trabalho acabou por despertar interesse em compreender melhor esta temática que tem sido discutida mundialmente e em particular de Cabo Verde.

Assim, foi definida a Educação Inclusiva em Cabo Verde como tema de pesquisa, tendo como particularidade Um Estudo Sobre a Inclusão de Alunos Cegos no Ensino Secundário. Consideramos que foi relevante fazer uma investigação científica sobre esta temática na medida em que poderá servir para a sensibilização da sociedade visto que, na nossa opinião, a integração no contexto social não é eliminar as diferenças, mas sim aceitá-las e respeitá-las. Isto significa oferecer a todos os seus membros condições necessárias para as suas realizações, ou seja, onde todos possam ter as mesmas oportunidades e benefícios, tendo em vista vida, normal.

Do ponto de vista pessoal, a realização da pesquisa foi relevante, uma vez que permitiu, de um lado responder ao requisito para a obtenção do grau de Licenciada e, por outro,

possibilitou melhor entendimento da questão da inclusão dos alunos cegos no Ensino Secundário em Cabo verde.

A *nível pedagógico*, pretendemos colocar à disposição da comunidade académica - professores, alunos/escolas, Ministério da Educação e Ensino Superior/Sector da Educação Especial e de todas as entidades que trabalham com a Educação Especial - mais uma bibliografia que poderá servir como referência para outros estudos.

Ainda deste ponto de vista, esperamos que o nosso trabalho sirva como base de orientação, de referência para tomada de medidas de acordo com as sugestões dadas. Assim, julgamos oportuno apresentar, como por exemplo, sugestões às entidades competentes a implementação de acções ou actividades que podem melhorar ou potencializar o processo ensino/aprendizagem desses alunos. A nosso ver, algumas medidas devem ser postas em prática de modo que o processo ensino/aprendizagem dos alunos cegos decorra da mesma forma que decorre os dos alunos ditos «normais».

Para o estudo em referência foram traçados os seguintes objectivos:

### **Objectivo Geral:**

Analisar o Sistema Educacional em Cabo Verde tendo em conta os alunos com Necessidades Educativas Especial.

### **Objectivos Específicos:**

- a) Verificar como está sendo feito a inclusão dos alunos cegos no Ensino Secundário;
- b) Saber quais as condições existente na Escola secundaria para a educação das crianças cegas;
- c) Verificar até que ponto os professores estão preparados para lidar com estas crianças que, dada a situação de cegueira, carecem de Educação Especial.

## **Metodologia**

Em relação a metodologia foi utilizada Estratégia Composta que consistiu no uso simultâneo de um método principal e dois secundários para complementar. Assim, foram utilizados a pesquisa bibliográfica, o que foi complementado com o estudo documental e entrevistas. Existem já em Cabo Verde alguns documentos oficiais e não-oficiais que tratam da inclusão das pessoas com deficiência, os quais serviram como referência para a nossa reflexão. Já as bibliografias que tratam da inclusão de alunos cegos no ensino secundário em cabo verde são escassas e este aspecto nos levou a associar as entrevistas como forma de recolher e enriquecer as informações. Esses factores, no conjunto, possibilitaram a definição da estratégia composta como a forma mais adequada de recolher informações.

A pesquisa bibliográfica permitiu uma análise das obras que tratam da temática em questão. O estudo documental que permitiu analisar tanto documentos internacionais quanto nacionais relacionados também ao tema e, por fim, as entrevistas possibilitaram obter informações práticas ou de terreno sobre o caso estudado.

As entrevistas foram semi-abertas, da qual participaram cinco (05) professores (3 do sexo masculino e 02 do feminino) que foram escolhidos segundo as disciplinas que as alunas mais adaptam e as que menos adaptam. Foram também entrevistadas 02 e únicas alunas cegas que frequentam a Ex-Escola Secundária Regina Silva (Bloco Anexo da Escola Secundária Manuel Lopes) e 05 colegas de turma das alunas cegas, sendo 03 meninas e 02 rapazes. Estes colegas foram escolhidos por serem os mais próximos das alunas cegas.

Esta monografia está organizada em três capítulos.

No capítulo I são abordadas questões sobre a Educação Inclusiva como uma orientação internacional com ênfase nas Conferências Internacionais sobre Educação Inclusiva.

No capítulo II discute-se a educação inclusiva em cabo verde. São apresentados os dados Estatísticos da População Portadora de Deficiência em Cabo Verde; Legislação sobre a Educação das Pessoas com Deficiência em Cabo Verde e documentos de orientação nacional

sobre a Educação Inclusiva. Neste capítulo são ainda apresentadas as acções ou actividades desenvolvidas pelo Ministério de Educação e Ensino Superior (MEES), onde se destacam a Organização dos serviços na linha da Educação Inclusiva, as conquistas, os desafios e prioridades do Sector da Educação Especial.

O capítulo III se reserva ao estudo de caso, onde se analisa a inclusão no ensino secundário de duas alunas cegas que frequentam a Escola Secundária Manuel Lopes.

Na sequência é apresentada a Conclusão, a qual indica que apesar de alguns constrangimentos tidos durante o percurso escolar, as duas alunas cegas estão incluídas no ensino secundário. O estudo revela ainda que, por um lado, o facto de terem aprendido o sistema de leitura/escrita Braille foi fundamental para o sucesso escolar. Por outro, revela que há necessidade de formação dos professores na área das Necessidades Educativas Especiais (NEE) para melhor responderem as necessidades dos alunos.

## **Definições e Conceitos**

Para melhor compreensão da temática desenvolvida neste trabalho sentimos a necessidade de clarificar alguns conceitos, os quais foram abordados no decorrer do mesmo tais como: Educação, Educação Especial, Integração, Necessidades Educativas Especiais, Cegueira, Inclusão, Educação Inclusiva e Escola Inclusiva.

### **Educação**

Etimologicamente, o termo “educação” provém do latim que é Educatione (m) que quer dizer “acto de criar, formação do espírito, instrução”.

Segundo Durkheim (sociólogo do início do século XX):

A educação é a acção exercida pelas gerações adultas sobre as que ainda se não encontrem amadurecidas para a vida social. Tem por objectivo suscitar e desenvolver na criança um certo número de condições físicas, intelectuais e morais que a sociedade política, no seu conjunto reclama assim como o meio social a que ela particularmente se destina, ([www.google.com](http://www.google.com), 24/09/06; 8:10).

A educação é a ajuda ao desenvolvimento integral da pessoa, que portanto deve ser encarada como um sujeito de educação, considerado na globalidade e também na sua singularidade, com as suas virtudes e dificuldades ou seja podemos dizer que educar é ajudar a socializar, Lerbet (1981),

É de se notar que o conceito de educação tem-se alterado devido as diferentes concepções filosóficas e sócio - culturais e dos valores característicos dos diversos tempos.

Para nós a educação é um bem atribuído aos indivíduos que lhes serve como base para as suas realizações pessoais e sociais.

## **Educação Especial**

Costa (In: OLIVEIRA, 1991, P:253), define Educação Especial como sendo “o conjunto de resposta às Necessidades Educativas Especiais (NEE) das crianças e dos jovens”. Deste conjunto de respostas se destaca a educação, a saúde entre outros.

Na sua obra Sociologia da Educação, PILLET (1999), define a Educação Especial como um conjunto de métodos pedagógicos e terapêuticos destinados a sujeitos submetidos a obrigação escolar, mas que não podem progredir em função das instruções oficiais e dos usos das escolas. Esta população é muito heterogenia, depois comporta, entre outros, débeis profundos como características intelectuais.

## **Necessidades Educativas Especiais**

As Necessidades Educativas Especiais é definida no Livro Branco para a Reforma do Sistema Educativo, Madrid (In: BAUTISTA, 1993; P:10), da seguinte forma:

Partindo da premissa que todos os alunos precisam, ao longo da sua escolaridade, de diversas ajudas pedagógicas de tipo humano, técnico ou material, com o objectivo de assegurar a consecução dos fins gerais da educação, as necessidades educativas especiais são previstas para aqueles alunos que para além de forma complementar, possam necessitar de outro tipo de ajudas menos usuais. Dizer que um determinado aluno apresenta necessidades educativas especiais é uma forma de dizer que para conseguir atingir os fins da educação, ele precisa de usufruir de determinados serviços ou ajudas pedagógicas. Desta forma, necessidade educativa define-se tendo em conta aquilo que é essencial para a consecução dos objectivos da educação.

Portanto, neste caso o conceito Necessidades Educativo Especial está articulada com as possíveis ajudas pedagógicas ou outros serviços educativos que determinados alunos irão precisar para poderem atingir o máximo desenvolvimento pessoal e social ao longo da sua escolarização.



Segundo o Ministério da Educação de Cabo Verde, o termo Necessidades Educativas Especiais refere-se ao desfasamento entre o nível do comportamento ou de realização da criança e o que dela se espera em função da sua idade cronológica. ([www.minedu.cv](http://www.minedu.cv) 6 de Abril de 2006 19:20).

Embora esta-se a utilizar o termo Necessidades Educativas Especiais alguns autores vem questionando a utilização desse termo defendendo que é um pouco discriminatório e contraditório a inclusão que tantos desejam e falam. Como diz o (MITTLER 2003, P:32) “Essas crianças são consideradas “Especiais” apenas porque o sistema educacional até então não foi capaz de responder às suas necessidades”, ele deixa claro que necessidade especial é um desafio do sistema uma vez que a inclusão tem como objectivo **reestruturar o sistema** educativo de tal modo que ela possa responder a uma gama inteira de necessidades especiais. E a seguir ele diz o seguinte: que devemos encontrar palavras que impeçam a rotulação das crianças, ao mesmo tempo que enfatizem os desafios do sistema.

Segundo o Corbett, In (MITTLER, 2003), o uso da palavra “necessidades” envia-nos sinais de dependência e falta de valor, e que as definições legislativas mostram que algumas crianças requerem um serviço que é diferente daquela que está “em geral disponível” e ele diz que o objectivo da inclusão é precisamente mudar o que está em geral disponível (reforma na organização, do currículo entre outros) para que o sistema educacional possa responder a diversas necessidades.

O autor da obra em questão lamenta por ainda não haver um termo que substitua necessidades especiais e espera que em breve se encontre um termo menos discriminatório e também diz que ele tenta utilizar menos possível o termo “Necessidades Educativas” substituindo-o por excepcional para isso ele chamou um outro autor Norwich que estabeleceu distinção entre: Necessidades (especiais, excepcionais, comuns):

- As necessidades individuais emergem das características que são únicas para a criança e diferentes para todas as outras;
- As necessidades excepcionais emergem das características compartilhadas por alguns (impedimentos visuais, altas habilidades);
- As necessidades comuns emergem a partir de características compartilhadas por todos (as necessidades emocionais de pertencer e de se sentir na relação), (Corbett, In Peter Miller (2003, P:33),

### **Integração Escolar**

Birch (In: BAUTISTA, 1993; P:29) define a Integração Escolar como sendo um processo que pretende unificar a educação regular e a educação especial com o objectivo de oferecer um conjunto de serviços a todas as crianças, com base nas suas necessidades de aprendizagem.

A NARC (National Association of Retarded Citizens, E.U.A) diz que a

Integração é uma filosofia ou princípio de oferta de serviços educativos, que se põe em prática mediante a provisão de uma variedade de alternativas de ensino e de aulas adequadas ao plano educativo de cada aluno, permitindo a máxima integração educacional, temporal e social entre os alunos deficientes durante o período escolar normal, (BAUTISTA, 1993; P:29).

A integração dos portadores de Necessidades Educativas Especiais é o resultado de um processo de reforma total do sistema educativo tradicional de forma a criar escola comum que ofereçam uma educação pela diversidade atendendo as necessidades individuais, (UNESCO, 1988).

Em termos gerais, podemos então afirmar que a integração educativo-escolar diz respeito a um processo de educar-ensinar juntas, crianças ditas normais e crianças com NEE, durante uma parte, ou totalidade do tempo de permanência na escola. A integração implica interacção, convivência social dos portadores de deficiência. Por sua vez isto implica dizer que a luta para integração tem de ser feita por todos os intervenientes do sistema educativo não apenas por educadores especializados nesta área, para que haja plena aceitação dos portadores de deficiência, para valorização da sua auto-imagem e da sua auto-estima.

No entanto, é importante salientar que o termo Integração já foi substituído por Inclusão e segundo Mittler essa mudança é muito mais do que uma mudança de moda e uma semântica do politicamente correcto. Embora os termos sejam, muitas vezes, usados como se fossem sinónimos, há uma diferença real de valores e de prática entre eles. Embora admitindo que a diferença entre a integração e a inclusão não pode ser feita de uma forma autoritária ele diz que na integração a escola não tem a preocupação de mudar para acolher a diversidade cada vez maior de alunos porque são os alunos que devem adaptar-se a escola, enquanto que na inclusão as escolas tentam buscar formas de adaptar a diversidade dos seus alunos fazendo reforma radical nas escolas em termos de currículos, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento dos alunos nas actividades da sala de aula.

### **Inclusão**

Como vimos anteriormente, a abordagem da Educação Especial era e, de certo modo ainda é, entendida como o conjunto de respostas oferecidas as pessoas com deficiência. Diferentemente desta abordagem, a Inclusão implica:

- Atender aos estudantes portadores de Necessidades Especiais nas vizinhanças da sua residência;
- Propiciar a ampliação do acesso destes alunos às classes comuns;
- Propiciar aos professores da classe comum um suporte técnico;
- Perceber que as crianças podem aprender juntas, embora tendo objectivos e processos diferentes;
- Levar os professores a estabelecer formas criativas de actuação com as crianças portadoras de deficiência;
- Propiciar um atendimento integrado ao professor de classe comum<sup>1</sup>.

Do ponto de vista das interacções ou relações sociais, a inclusão é compreendida como o reconhecimento e respeito das diferenças individuais. Assim,

Inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem excepção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os super dotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ónibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> <http://www.crmariocovas.sp.gov.br> 18 de Junho 20:00

<sup>2</sup> Extraído em <http://www.google.com> a 23 Julho, 10:33.

Segundo a Secretaria de Educação Especial de Brasília (2005) a inclusão é percebida como um processo de ampliação da circulação que produza uma aproximação dos seus diversos protagonistas, convocando-os à construção cotidiana de uma sociedade que ofereça oportunidades variadas a todos os seus cidadãos e possibilidades criativas a todas as suas diferenças.

Segundo a Profa. Dra. Leny Magalhães Mrech, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo entende-se por Educação Inclusiva o processo de inclusão dos portadores de Necessidades Especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os seus graus<sup>3</sup>.

### **Deficiente Visual**

Segundo a UNESCO (Oliveira, 1991, P:253), considera **Deficiente Visual**

Todo o indivíduo que apresenta um grande deficit visual e que, nalguns casos, pode ser ensinado a ler caracteres impressos utilizando auxiliares ópticos e tem necessidade que se ocupem especialmente dele no decurso da sua escolaridade.

É importante observar que a avaliação do deficit visual faz-se normalmente determinando a acuidade visual<sup>4</sup> e a abertura do campo visual<sup>5</sup>.

Na maior parte dos países houve necessidade nomeadamente por questões de segurança social, de se definir legalmente o que é um **cego**.

Em Portugal esta definição encontra-se no Artigo 1º do Decreto – Lei nº 49331 de 28 de Outubro de 1969, o qual decreta que para efeitos médicos sociais e assistenciais, considera-se cegueira:

---

<sup>3</sup> Extraído em: [www.inclusão.com.br/index](http://www.inclusão.com.br/index) , 20 de Agosto de 2006.

<sup>4</sup> Acuidade visual – “poder de discriminação do globo ocular que se exprime pela distância angular dos dois pontos mais próximos que ele pode distinguir, ou ainda a capacidade que o olho humano possui de distinguir pequenos intervalos entre zonas do campo visual. Assim, quanto mais perto dois pontos possam ser distinguidos como dois, mais elevada é a acuidade visual” (PEREIRA, 1980, P:37). Esta é geralmente avaliada testando a capacidade de leitura, de conjuntos de letras familiares a qualquer pessoa, impressos num cartão.

<sup>5</sup> Campo visual – é o «espaço» que o olho é capaz de abranger e que em cada globo ocular vai aproximadamente de 130º a 140º. A redução de 20º é designada de visão tubular.

- a) A ausência total da visão;
- b) As situações irrecuperáveis em que:
  - A acuidade visual seja inferior a 0,1, no melhor olho e após a correcção apropriada;
  - ou a acuidade visual, embora superior a 0,1, seja acompanhada de limitação do campo visual igual ou inferior a 20º angulares (TERESA, 1991, P:253).

### **Escola Inclusiva**

Segundo a Declaração de Salamanca (1994) Escola Inclusiva é o meio mais eficaz de combate a discriminação onde se acolhem todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais emocionais ou linguísticas.

Compreendemos, portanto, se a Educação Especial significou oferecer um conjunto de serviços as pessoas com deficiências, a Educação Inclusiva é compreendida como uma abordagem em que, independentemente das condições físicas, intelectuais ou sensoriais todas as pessoas são educadas ou escolarizadas no sistema regular de ensino. Assim, no sistema educativo devem ser criadas condições para se dar respostas educativas a diversidade de alunos.

Segundo o Ministério de Educação de Cabo Verde,

A Escola Inclusiva é um sistema de educação e ensino onde os alunos com Necessidades Especiais, incluindo os alunos com deficiências, são educadas na escola do bairro em ambiente de salas de aulas regulares, apropriadas para a idade, com colegas que não têm deficiências e onde lhes são oferecidos ensino e apoio de acordo com as suas capacidades e necessidades individuais. ([www.minedu.cv](http://www.minedu.cv), 6 de Abril de 2006 19:20)

## **CAPÍTULO I – A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO UMA ORIENTAÇÃO INTERNACIONAL**

### **1.1 Conferências Internacionais sobre Educação Inclusiva**

A UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura – como agência internacional, tem traçado orientações para a educação dos diferentes países do mundo que dela são signatários.

Como já foi dito anteriormente, a temática Educação Inclusiva tem suscitado atenção e interesse de vários estudiosos e de várias organizações internacionais. Como prova disso temos as várias conferências internacionais realizadas com intuito de por cobro a situação, buscar caminhos mais viáveis para a efectivação da Educação Inclusiva em todos os continentes e em cada País em particular e Cabo Verde não poderia ficar de fora.

Nos anos 70, os Estados Unidos avançam nas pesquisas e teorias de inclusão para proporcionar condições melhores de vida aos mutilados da Guerra de Vietnã. A educação inclusiva tem início naquele país, facto que pode ser observado na Lei 94142, de 1975, que estabelece a modificação dos currículos e a criação de uma rede de informação entre escolas, bibliotecas, hospitais e clínicas.

Podemos dizer que, com maior propriedade, nos anos 90 do século XX os portadores de deficiências passaram a ser visto como cidadãos com direitos e deveres de participação na

sociedade sem aquela óptica assistencial e caritativa. A primeira directriz política dessa nova visão aparece em 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual afirma que Todo o ser Humano tem Direito à Educação.

## **1.2 As Declarações Internacionais como directrizes para a Educação Inclusiva**

Depois desse período (1948) veio aparecer várias Declarações e tratados mundiais que passam a defender a inclusão em larga escala. Em 1985, a Assembleia-geral das Nações Unidas lança o Programa de Acção Mundial para as pessoas Deficientes<sup>6</sup>, que recomenda “quando for pedagogicamente factível, o ensino de pessoas deficientes deve acontecer dentro do sistema escolar normal”.

### **1.2.1- Declaração Mundial sobre Educação para Todos**

Em Março de 1990, realizou-se a Conferência mundial sobre Educação para Todos, realizada na cidade de Jomtien, na Tailândia da qual resultou a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos” e o “Plano de Acção para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem”. Essa declaração prevê que as necessidades educacionais básicas sejam oferecidas para todos (mulheres, camponeses, refugiados, negros, índios, presos e deficientes) pela universalização do acesso, promoção da igualdade, ampliação dos meios e conteúdos da Educação Básica e melhoria do Ambiente de Estudo.

O **artigo 3** da Declaração Mundial sobre Educação para Todos 1990 diz que:

as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. Que é preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> [www.google.com](http://www.google.com) 13/ 05/06 21: 2

<sup>7</sup> [www.google.com](http://www.google.com) 13/ 05/06 21: 2

### 1.2.2- A Declaração de Salamanca

Em 1994, realizou-se uma outra Conferência Internacional que decorreu entre o dia 7 a 10 de Junho em Salamanca, onde os dirigentes de mais de 80 países se reuniram na Espanha reafirmando os compromissos para com a “Educação para Todos”. Também reconheceram que era necessária e urgente tomar providências para a educação de crianças, jovens e adultos com NEE dentro do sistema regular de ensino. Esta conferência deu origem a Declaração de Salamanca um dos mais importantes documentos de compromisso de garantia de direitos educacionais. Ela proclama as escolas regulares inclusivas como o meio mais eficaz de combate a discriminação. Determina ainda que devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sócias, emocionais ou linguísticas<sup>8</sup>.

A Declaração de Salamanca (1994, P:8) que dispõe sobre os Princípios, Políticas e Práticas da Educação Especial, neste sentido, no **2º ponto “crê e proclama:**

- Todas as crianças tem o direito fundamental à educação e que a elas deve ser dada a oportunidade de obter e manter o nível adequado de conhecimentos;
- Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios;
- Os sistemas educativos devem ser projectados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades;
- As pessoas com Necessidades Educativas Especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integra-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades;
- As escolas comuns, com essa orientação integradora, representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e dar educação para todos, além disso, proporcionam uma educação efectiva à maioria das crianças e melhoram a eficiência e, certamente, a relação custo – benefício de todo sistema educativo.

Fazendo uma análise desse ponto observamos que entre as directrizes traçadas pela Declaração de Salamanca encontram-se em destaque a garantia do direito a educação de todas as crianças tendo em conta as suas particularidades, obtendo assim escolas mais inclusivas e diversificadas.

---

<sup>8</sup> Declaração de Salamanca, 1994.



No **3º ponto**, a mesma Declaração (idem) apela a todos os governos à:

- Dar a mais alta prioridade política e orçamentária à melhoria de seus sistemas educativos, para que possam abranger todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais;
- Adoptar, com força de lei ou como política, o princípio de educação integrada que permita a matrícula de todas as crianças em escolas comuns, a menos que haja razões convincentes para o contrário,
- Assegurar que, num contexto de mudança sistemática, os programas de formação de professores, tanto inicial como contínua, estejam voltados para atender às NEE nas escolas integradoras<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> [www.Altavista.com](http://www.Altavista.com), 8 de Agosto de 2005

## **CAPÍTULO II – A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CABO VERDE**

### **2.1- Dados Estatísticos da População Portadora de Deficiência em Cabo Verde**

Para a análise e abordagem da temática sobre deficiência utilizamos as informações disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), concretamente o Censo 2000, Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) que discorre sobre as condições educacionais, sócio-económicas e outras da população portadora de deficiência.

As questões sobre a população portadora de deficiência vêm ganhando e merecendo a preocupação do mundo inteiro. As Nações Unidas estimam existir no mundo cerca 600 milhões de pessoas portadora de deficiências onde cerca de 180 milhões são crianças, em que pelo menos 400 milhões desses encontram-se nos países em via de desenvolvimento e cerca de 80 milhões vivem no continente africano (INE, 2000, P:1).

Cabo Verde, mesmo não vivendo em situação de guerras e catástrofes as causas mundiais do aumento da população portadora de deficiência, é de se notar que o censo de 2000 indica que o número de pessoas portadoras de deficiência vem aumentando. O INE no âmbito do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) de 2000 colocou questões que os permitissem analisar a realidade do país no que concerne aos diversos tipos de deficiência. Assim, iremos abordar alguns desses dados que consideramos pertinente para a realização do nosso trabalho de investigação, pois são indicadores da realidade de Cabo Verde no que diz respeito a população com deficiência.

### 2.1.1- Modalidades do tipo da deficiência

O **quadro número 1** abaixo indicado, permite-nos caracterizar cada grupo de deficiências segundo os vários tipos que o compõem. Assim constatamos que no grupo das deficiências motoras, a maior percentagem pertence ao tipo “**Outras Motoras**”<sup>10</sup> com 66,5%, afectando em maior parte as mulheres, ou seja, que por cada 100 pessoas com deficiência motora, 66 são portadoras desse tipo de deficiência e nessa mesma base de relação concluímos que 69 mulheres afectadas contra 63 homens.

Uma das hipóteses da percentagem “**outras motoras**” ser superior dentro do grupo deficiências motoras pode ser pelo facto de não haver vacinas contra esse tipo de deficiência e isto permite, de certo modo, justificar a maior incidência nesse tipo de deficiência.

**Quadro Nº 1** – Repartição da população portadora de deficiência segundo o tipo de deficiência por sexo.

Tipo de deficiência	Total		Sexo			
			Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
<b>Deficiência motora</b>	<b>7.183</b>	<b>100</b>	<b>3.649</b>	<b>100</b>	<b>3.534</b>	<b>100</b>
Paralisia cerebral	160	2,2	84	2,3	76	2,2
Paralisia total	192	2,7	95	2,6	97	2,7
Paralisia membro superior/inferior	1.322	18,4	750	20,6	572	16,2
Paralisia lado esquerdo/direito	644	9,0	344	9,4	300	8,5
<b>Outras</b>	<b>4.777</b>	<b>66,5</b>	<b>2.331</b>	<b>63,9</b>	<b>2.446</b>	<b>69,2</b>
Múltipla motora	88	1,2	45	1,2	43	1,2

<sup>10</sup> Segundo ao fonte consultada, “Outras motoras” corresponde à “Outras” que é um tipo de deficiência que aparece no quadro 1. Dentro de outras motoras encontramos (hidrocefalia, mongolismo, sequelas de pólio).

<b>Outra deficiência</b>	<b>5.775</b>	<b>100</b>	<b>2.820</b>	<b>100</b>	<b>2.955</b>	<b>100</b>
Mental	1.347	23,3	692	24,5	655	22,2
Cego total	385	6,7	164	5,8	221	7,5
Cego parcial	2.077	36,0	984	34,9	1.093	37,0
Surdo parcial	1.246	21,6	635	22,5	611	20,7
Surdo total	127	2,2	64	2,3	63	2,1
Mudo	177	3,1	92	3,3	85	2,9
Múltipla outra	416	7,2	189	6,7	227	7,7
<b>Deficiência múltipla</b>	<b>990</b>	<b>100</b>	<b>486</b>	<b>100</b>	<b>504</b>	<b>100</b>

Fonte: INE (RGPH), Censo 2000.

Com relação ao grupo **Outra Deficiência**, a Deficiência Visual Parcial aparece como sendo aquela que afecta em maior proporção equivalendo à 36,0%, sendo mais uma vez as mulheres as mais afectadas, apesar de que a diferença é pouco significativa, 35,0% na camada masculina e 37% na camada feminina. Nesse mesmo grupo encontramos a deficiência mental que afecta em mais de 23,0% e a deficiência auditiva parcial com 21,6% de afectação sendo, nestes dois últimos casos o sexo masculino o mais afectado.

No **quadro número 2**, abaixo indicado, constatamos que no grupo da **Deficiência Motora**, os vários tipos que a compõem afectam mais o meio urbano com excepção de tipo Outras Motora que afecta mais o meio rural, (68,9%) contra (63,8%) no meio urbano. Relativamente ao grupo de “Outra Deficiência”, concluímos que a deficiência mental e a deficiência visual de forma parcial afecta mais o meio urbano. Já em relação aos portadores de deficiência auditiva parcial o meio rural é o que apresenta a percentagem mais elevada de afectação.

**Quadro N° 2** – População portadora de deficiência segundo o meio de residência por tipo de deficiência

Tipo de deficiência	Meio de residência					
	Total		Urbano		Rural	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
<b>Deficiência motora</b>	<b>7.183</b>	<b>100</b>	<b>3.369</b>	<b>100</b>	<b>3.814</b>	<b>100</b>
Paralisia cerebral	160	2,2	93	2,8	67	1,8
Paralisia total	192	2,7	105	3,1	87	2,3
Paralisia membro superior/inferior	1.322	18,4	639	19,0	683	17,9
Paralisia lado esquerdo/direito	644	9,0	337	10,0	307	8,0
Outras	4.777	66,5	2.151	63,8	2.626	68,9
Múltipla motora	88	1,2	44	1,3	44	1,2
<b>Outra deficiência</b>	<b>5.775</b>	<b>100</b>	<b>2.547</b>	<b>100</b>	<b>3.228</b>	<b>100</b>
Mental	1.347	23,3	644	25,3	703	21,8
Cego total	385	6,7	189	7,4	196	6,1
Cego parcial	2.077	36,0	926	36,4	1.151	35,7
Surdo parcial	1.246	21,6	488	19,2	758	23,5
Surdo total	127	2,2	40	1,6	87	2,7
Mudo	177	3,1	87	3,4	90	2,8
Múltipla outra	416	7,2	173	6,8	243	7,5
<b>Deficiência múltipla</b>	<b>990</b>	<b>100</b>	<b>395</b>	<b>100</b>	<b>595</b>	<b>100</b>

Fonte: INE (RGPH), Censo 2000.

### 2.1.2- Frequência Escolar

Segundo o **quadro número 3** indicado a seguir, no momento do censo 2000, a população portadora de deficiência com 4 anos e mais correspondia a um total de 13.631 efectivos, dos quais 6790 são homens e 6841 são mulheres. Assim até o momento do censo, os dados registrados sobre a frequência escolar na população portadora de deficiência são os seguintes: 42% nunca frequentaram um estabelecimento de ensino, 43% já tinham frequentado e 15% estavam a frequentar.

Em relação ao que se verifica a nível nacional constatamos que a média dos que nunca frequentaram a escola é de 17%. Podemos considerarmos que é mais 25% de portadores de deficiência, acima da média nacional dos que nunca foram a escola. No que concerne aos que estavam a frequentar um estabelecimento de ensino médio nacional a taxa corresponde a 38%. Especificamente em relação à população portadora de deficiência a proporção é de 15%. Estes dados são muito preocupantes uma vez que em Cabo Verde existe um total de 13.631 portadores de deficiência com 4 anos e mais ou seja em idade escolar e 5.714 nunca frequentaram a escola (42%). Neste sentido, cabe ao Ministério da Educação e Ensino Superior continuar a investir na criação de condições para a inclusão efectiva das pessoas portadoras de deficiência no ensino regular.

**Quadro número 3** – Repartição da população de 4 anos e mais portadora de deficiência por sexo segundo a frequência escolar

Escolarização	Cabo Verde		Masculino		Feminino	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
<b>Total</b>	<b>13.631</b>	<b>100</b>	<b>6790</b>	<b>100</b>	<b>6.841</b>	<b>100</b>
Nunca frequentou	5.714	41,9	2.122	31,3	3.592	52,5
Frequentou	5.831	42,8	3.513	51,7	2.318	33,9
Está a frequentar	2.086	15,3	1.155	17,0	931	13,6

Fonte: INE (RGPH), Censo 2000

Este quadro é apresentado como resumo das informações dados anteriormente.

### **2.1.3- Nível de Instrução**

Para fazer a análise do nível de instrução o INE tomou como referência um universo de pessoas portadoras de deficiência com 15 anos e mais, o que corresponde a um total de 11.186 efectivos. Assim, o quadro nº 4 abaixo ilustrado permite-nos verificar os vários níveis de instrução atingidos pela população portadora de deficiência, de uma forma diferenciada por sexo e por grupo etário.

Entre os que têm como nível o Ensino Básico Integrado (EBI) os maiores índices são encontrados nos escalões etários 15-24 e 25-64 anos, com 47% e 46% respectivamente. A primeira constatação é de que uma grande proporção (47%) da população portadora de deficiência não possui nenhum nível de instrução, 40% possui como nível de instrução o Ensino Básico Integrado (EBI) uma pequena minoria, 7,4% o Ensino Secundário, 4,7 % são Alfabetizados, 1% o Ensino Médio/Superior e 0,5% o Pré - escolar.

A maior concentração de pessoas sem Nível de Instrução se situa nas faixas etárias 25-64 e 65 anos e mais, correspondendo essas proporções à 40% e 67% respectivamente sendo nos dois casos as mulheres as que detém uma maior proporção com uma diferença de cerca de 30 pontos percentuais.

Como já é sabido a situação da população portadora de deficiência tem merecido preocupações a nível mundial há muito, mas em Cabo Verde esteve assente como preocupação dos governos a partir da independência do país que aconteceu em 1975. O 2º censo foi materializado em 2000 já se tinha passado 25 anos após a independência e com isso pode-se justificar a maior concentração de pessoas sem nível de instrução situar nas faixas etárias dos 25-64 e 65 anos e mais.

Os restantes níveis apresentam percentagens pouco significativas em relação a dois aspectos analisados anteriormente o que nos leva a concluir que o nível de instrução é bastante baixo nessa camada populacional, sobretudo nas pessoas do sexo feminino.

**Quadro número 4** – Repartição da população de 15 anos e mais portadora de deficiência por grupos etários segundo o nível de instrução e sexo

Nível de Instrução	Pop. Port. De defic. De 15 e +		Grupo Etário					
			15-24		25-64		65 e +	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
<b>Total</b>	<b>11.186</b>	<b>100%</b>	<b>1.682</b>	<b>100</b>	<b>5.595</b>	<b>100</b>	<b>3.909</b>	<b>100</b>
Pré – Escolar	57	0,6	12	0,7	22	0,4	23	0,6
Alfabetização	522	4,7	47	2,8	370	6,6	105	2,7
EBI	4.486	40,1	793	47,1	2.570	46,0	1.123	28,7
<b>Secundário</b>	<b>831</b>	<b>7,4</b>	<b>488</b>	<b>29,0</b>	<b>321</b>	<b>5,7</b>	<b>22</b>	<b>0,5</b>
CursoMédio/Superior	103	0,9	18	1,1	80	1,4	5	0,1
Sem Instrução	5.187	46,3	324	19,3	2.232	39,9	2.631	67,3
<b>Masculino</b>	<b>5.471</b>	<b>100</b>	<b>977</b>	<b>100</b>	<b>2.769</b>	<b>100</b>	<b>1.725</b>	<b>100</b>
Pré – Escolar	21	0,4	2	0,2	6	0,2	13	0,8
Alfabetização	230	4,2	25	2,6	153	5,5	52	3,0
EBI	2.794	51,1	470	48,1	1.550	56,0	774	44,9
<b>Secundário</b>	<b>508</b>	<b>9,2</b>	<b>277</b>	<b>28,4</b>	<b>217</b>	<b>7,8</b>	<b>14</b>	<b>0,8</b>
CursoMédio/Superior	65	1,2	12	1,2	49	1,8	4	0,2
Sem Instrução	1.853	33,9	191	19,5	794	28,7	868	50,3
<b>Feminino</b>	<b>5.715</b>	<b>100</b>	<b>705</b>	<b>100</b>	<b>2.826</b>	<b>100</b>	<b>2.184</b>	<b>100</b>
Pré – Escolar	36	0,6	10	1,4	16	0,6	10	0,5
Alfabetização	292	5,1	22	3,1	217	7,6	53	2,4
EBI	1.692	29,6	323	45,8	1.020	36,1	349	16,0
<b>Secundário</b>	<b>323</b>	<b>5,7</b>	<b>211</b>	<b>29,9</b>	<b>104</b>	<b>3,7</b>	<b>8</b>	<b>0,4</b>
CursoMédio/Superior	38	0,7	6	0,9	31	1,1	1	0,0
Sem Instrução	3.334	58,3	133	18,9	1.438	50,9	1.763	80,7

Fonte: INE (RGPH), Censo 2000

Fazendo uma análise crítica do **quadro nº 4** podemos constatar que não são ilustrada as respectivas deficiências por nível de instrução nem o número por Ilha/concelho. Estas informações são importantes, uma vez que o objecto de estudo são os alunos cegos que é um tipo específico de deficiência no concelho da Praia.



**Quadro número 5** – Repartição da população de 15 anos e mais portadora de deficiência por grupos etários segundo o nível de instrução e sexo.

Nível de Instrução	Pop. Port. De defic. De 15 e +		Grupo Etário					
			15-24		25-64		65 e +	
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%
<b>Urbano</b>	<b>4.997</b>	<b>100%</b>	<b>835</b>	<b>100</b>	<b>2.576</b>	<b>100</b>	<b>1.586</b>	<b>100</b>
Pré – Escolar	18	0,4	5	0,6	8	0,3	5	0,3
Alfabetização	156	3,1	14	1,7	108	4,2	34	2,1
EBI	2.163	43,3	353	42,3	1.251	48,6	559	35,3
<b>Secundário</b>	<b>577</b>	<b>11,5</b>	<b>301</b>	<b>36,0</b>	<b>257</b>	<b>10,0</b>	<b>19</b>	<b>1,2</b>
Curso Médio/Superior	83	1,7	8	1,0	70	2,7	5	0,3
Sem Instrução	2.000	40,0	154	18,4	882	34,2	964	60,8
<b>Rural</b>	<b>6.189</b>	<b>100</b>	<b>847</b>	<b>100</b>	<b>3.019</b>	<b>100</b>	<b>2.323</b>	<b>100</b>
Pré – Escolar	39	0,6	7	0,8	14	0,5	18	0,7
Alfabetização	366	6,0	33	3,9	262	8,7	71	3,1
EBI	2.323	37,5	440	51,9	1.319	43,7	564	24,3
<b>Secundário<sup>11</sup></b>	<b>254</b>	<b>4,1</b>	<b>187</b>	<b>22,1</b>	<b>64</b>	<b>2,1</b>	<b>3</b>	<b>0,1</b>
Curso Médio/Superior	20	0,3	10	1,2	10	0,3	0	0,0
Sem Instrução	3.187	51,5	170	20,1	1.350	44,7	1.667	71,8

Fonte: INE (RGPH), Censo 2000

Verificamos, no **quadro nº 5**, que no meio Rural se concentra mais da metade (52%) da população portadora de deficiência que não possui nenhum nível de instrução, enquanto que no meio Urbano encontramos 40% dessa população. Entre os que possuem como nível EBI, o meio urbano concentra o maior número de pessoas, 43,3% contra 37,5% do meio rural, assim como as pessoas com nível secundário, sendo 11,5% no meio urbano e somente 4,1 no meio rural.

Quando analisamos o quadro através das diferentes faixas etárias observamos que mais da metade (52%) de pessoas com idade entre os 15-24 anos e tendo como nível o

<sup>11</sup> Destacamos o Nível Secundário visto que o nosso objecto de estudo encontra-se nesse nível de ensino.

EBI, são do meio rural. Nessa mesma faixa etária uma maior proporção (36%) de pessoas com nível secundário são do meio urbano. Por outro lado, é no meio urbano, no escalão dos 25-64 anos que se verifica a maior proporção de pessoas com EBI, cerca de 49%.

Na faixa etária dos 65 e mais anos se verificam os maiores índices de ausência de instrução sendo o meio rural o que apresenta a maior proporção 72% contra 61% no meio urbano.

Fazendo uma análise crítica do **quadro nº 5** podemos constatar que não são ilustrada as respectivas deficiências por nível de instrução nem o número por Ilha/concelho. Estas informações são importantes, uma vez que o objecto de estudo, são os alunos cegos que é um tipo específico de deficiência no concelho da Praia.

#### **2.1.4- Analfabetismo**

Segundo o censo 2000 a taxa do analfabetismo das pessoas portadoras de deficiência é de 55,6% o que quer dizer que há uma diferença de 30% comparando com a taxa de analfabetismo a nível nacional que é de 25%. Isso mostra-nos que mais da metade da população portadora de deficiência não sabem ler nem escrever.

Segundo a comparação feita no **quadro número 6**, a taxa do analfabetismo por meio de residência e grupo etário (15 anos e mais) e segundo o sexo registrou-se o seguinte:

- ✓ Que é no meio rural onde a taxa de analfabetismo é mais elevada 62% contra 48% no meio urbano.
- ✓ Que as mulheres portadora de deficiência sobretudo no meio rural é que mais sofre com o analfabetismo. Num universo de 67,6% de mulheres portadora de deficiência analfabetas 60% são do meio urbano e no meio rural 75%.
- ✓ No sexo masculino dos 43% analfabetos a maioria pertencem ao meio rural. Isto quer dizer que o analfabetismo afecta principalmente os deficientes do meio rural de igual forma para os dois sexos.

Isso mostra-nos claramente que as mulheres com deficiência tem sofrido com a exclusão social e isso explica-se não apenas por sua deficiência mas também por preconceitos de género, compondo as dificuldades causadas pelas suas deficiências e por ser do meio rural.

Por isso deve ser projectada uma consulta às mulheres com deficiência com objectivo de criar medidas de inserção social como forma de driblar as discriminações múltiplas enfrentadas por mulheres com deficiência.

No que concerne a idade a maior taxa de analfabetismo foi registrada na faixa dois 50 e mais anos (72,4%) e a mais baixa no escalão dos 15- 35 anos (31,7%), ou seja, o grau de analfabetismo nos deficientes aumenta com a idade.

No quadro abaixo ilustrado, podemos visualizar melhor a taxa de analfabetismo na população portadora de deficiência.

**Quadro número 6** – Taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais portadora de deficiência segundo o sexo por meio de residência e grupo etário.

Meio de residência/grupos etários	Total		Sexo			
			Masculino		Feminino	
	Efectivo	Taxa	Efectivo	Taxa	Efectivo	Taxa
<b>Cabo Verde</b>	<b>6.299</b>	<b>55,6</b>	<b>2.394</b>	<b>43,2</b>	<b>3,905</b>	<b>67,6</b>
15-34	1.049	31,7	567	30,2	482	33,6
35-49	1.110	48,4	401	35,0	709	61,9
50 e +	4.140	72,4	1.426	56,6	2.714	84,8
<b>Urbano</b>	<b>2413</b>	<b>47,5</b>	<b>860</b>	<b>35,0</b>	<b>1.553</b>	<b>59,3</b>
15-34	465	28,3	256	27,8	209	29,0
35-49	438	40,4	154	27,5	284	54,3
50 e +	1.510	64,1	450	46,0	1.060	77,1
<b>Rural</b>	<b>3.886</b>	<b>62,2</b>	<b>1.534</b>	<b>49,7</b>	<b>2.352</b>	<b>74,5</b>
15-34	584	35,0	311	32,5	273	38,3
35-49	672	55,6	247	42,2	425	68,2
50 e +	2.630	78,1	976	63,3	1.654	90,7

Fonte: INE (RGPH), Censo 2000.

## **2.2- Legislação sobre a Educação das Pessoas com Deficiência em Cabo Verde**

Para melhor compreensão dos leitores achamos pertinente organizar essas legislações por datas cronológicas.

### **2.2.1- Constituição da República de Cabo Verde de 1980**

Em Cabo Verde para a resolução da problemática do analfabetismo tem-se criado leis desde 1980, na 1ª Constituição da República no seu **artigo 15º** onde decreta que:

1. A educação visa a formação integral do homem. Ela deverá manter-se estreitamente ligada ao trabalho produtivo, proporcionar a aquisição de qualificações, conhecimentos e valores que permitam ao cidadão inserir-se na comunidade e contribuir para o seu incessante progresso.
2. E estudo considera a liquidação do analfabetismo tarefa fundamental (Constituição da República de Cabo Verde, 1990, P:10).

Na década de 80 esta é a única matéria no que concerne à educação e como se pode observar não especificou nada sobre a Educação Especial Integrada, visto que o país saía dos laços coloniais e a questão da Educação das pessoas portadoras de deficiências não era de certo modo prioridade.

### **2.2.2- Lei de Bases do Sistema Educativo**

A LBSE – Lei nº 103/III/90, no seu **artigo 36º** trata da Educação Especial afirmando que:

- 1- As crianças e jovens portadores de deficiências – físicas ou mentais se beneficiarão de cuidados educativos adequados cabendo ao Estado a responsabilidade de assegurar gradualmente os meios educativos necessários e de apoiar iniciativas autárquicas e particulares conducentes ao mesmo fim, visando permitir a sua recuperação e integração sócio – educativa.
- 2- No âmbito do disposto no número anterior, à educação especial cabe essencialmente:
  - a) Proporcionar uma educação adequada às crianças e jovens deficientes com dificuldades de enquadramento social;
  - b) Possibilitar o máximo desenvolvimento das capacidades físicas e intelectuais dos deficientes;
  - c) Apoiar e esclarecer as famílias nas tarefas que lhes cabem relativamente aos deficientes, permitindo a estes uma mais fácil inserção no meio sócio-familiar;
  - d) Apoiar o deficiente com vista a salvaguarda do equilíbrio emocional;
  - e) Reduzir as limitações que são determinadas pela deficiência;

- f) Preparar o deficiente para a sua integração na vida activa (LBSE nº 103/III/90, P: 26).

O **artigo 37º** refere-se à educação para crianças deficientes decreta que:

1. A educação especial organiza-se segundo métodos específicos de atendimento adaptados às características de cada grupo.
2. A educação especial destinada a deficiente poderá ser desenvolvida em instituições específicas desde que o grau de deficiência o justifique.
3. A educação especial poderá desenvolver-se, para efeitos do cumprimento da escolaridade básica, de acordo com currículos, programas e regime de avaliação adaptados às características do educando.
4. A integração em classes regulares de crianças e de jovens portadores de deficiência será promovida sempre que daí resultem vantagens para a sua educação e formação tendo em conta as necessidades de atendimento específico e apoio dos professores, pais ou encarregados de educação.
5. O ministério da Educação providenciará em coordenação com outros sectores estatais a criação de oficinas adequadas, onde os jovens deficientes possam prosseguir a sua integração social e profissional após a escolaridade ou em sistema de aprendizagem, em regime de estudos alternativos (Idem, P:27).

A mesma Lei refere-se ainda à educação para as crianças sobredotadas e prevê no **artigo 38º** que:

O Estado providenciará ainda no sentido de serem criadas condições especializadas de acolhimento de crianças com ritmo superior de aprendizagem, com o objectivo de permitir o natural desenvolvimento das suas capacidades mentais (Idem).

Dos documentos que tivemos acesso, esta Lei de Bases é a primeira Lei do sistema educativo que faz referência à Educação Especial prevendo promover a integração de crianças portadoras de deficiência nas classes regulares. No entanto, esta lei autoriza que dependendo da situação as crianças com deficiência poderão ser colocados nas instituições específicas sempre que o grau de deficiência assim o justificar. Embora há autorização para o desenvolvimento da “educação especial” em instituições específicas isso não aconteceu em Cabo verde pelo facto de não existir instituições específicas de “educação especial”. Assim, em Cabo Verde não se criaram escolas especiais e as pessoas com NEE começaram a ser incluídos no Ensino Regular.

### 2.2.3- Constituição da República de Cabo Verde

Na Constituição da República de Cabo Verde (1992) no seu **artigo 23º** consagra o seguinte:

Todos os cidadãos têm igual dignidade social e são iguais perante a lei, ninguém podendo ser privilegiado, beneficiado ou prejudicado, privado de qualquer dever por razões de raça, sexo ascendência, língua, origem, religião, condições sociais e económicas ou convicções políticas ou ideológicas.

### 2.2.4-Constituição da República de Cabo Verde – Versão Revisada

Ainda na Constituição da República de Cabo Verde (1ª revisão ordenaria: 1999/edição de 2000, P: 46), foi destacada no **artigo 75º**, – os “Direitos dos portadores de deficiência”:

1. Os portadores de deficiência têm direito à especial protecção da família, da sociedade e dos poderes públicos.
2. Para efeitos do número anterior, incumbe aos poderes públicos, designadamente:
  - a) Promover a prevenção da deficiência, o tratamento, a reabilitação e a reintegração dos portadores de deficiência, bem como as condições económicas, sociais e culturais que facilitem a sua participação na vida activa;
  - b) Sensibilizar a sociedade quanto aos deveres de respeito e de solidariedade para com os portadores de deficiência, fomentando e apoiando as respectivas organizações de solidariedade;
  - c) Garantir aos portadores de deficiência prioridade no atendimento nos serviços públicos e a eliminação de barreiras arquitectónicas e outras no acesso a instalações públicas e a equipamento sociais;
  - d) Organizar, fomentar e apoiar a integração dos portadores de deficiência no ensino e na formação técnico - profissional.

Entretanto, é fundamental salientar que a Constituição garante a integração no ensino, ela não especifica se seria no ensino regular ou “especial” e também não especifica em que condições se dariam a escolarização destes sujeitos, deixando estas especificidades para a LBSE.

Sendo assim, podemos afirmar que dos documentos que tivemos acesso durante a nossa pesquisa a primeira lei que trata concretamente da integração de pessoas portadoras de deficiência é a Lei de Bases do Sistema Educativo de 1990.

### **2.2.5- A Lei 122/V/2000 - Estabelece Bases Gerais da Prevenção, Reabilitação e Integração Social**

A Lei Nº 122/V/2000 teve como base os princípios e definições da Organização Mundial da Saúde e das Nações Unidas na área da “deficiência”, da reabilitação e da integração das pessoas com história de deficiência, com o intuito de dar o estatuto à responsabilidade do estado a criação dos mecanismos legais neste domínio. Este dispositivo legal estabelece as Bases Gerais da Prevenção, Reabilitação e Integração das pessoas portadoras de deficiência.

Algumas definições são apresentadas nesta Lei nº 122/V/2000 (P: 276), a saber:

- 2 **Pessoa portadora de deficiência:** aquela que, por motivo de anomalia, congénita ou adquirida, se encontra em situação de desvantagem para o exercício de actividades consideradas normais em virtude de diminuição das suas capacidades físicas e intelectuais;
- 3 **Prevenção** – conjunto de medidas tendentes a evitar o aparecimento ou agravamento da deficiência e a reduzir ou eliminar os seus efeitos e consequências;
- 4 **Reabilitação** – processo global ou contínuo que visa corrigir a deficiência e a conservar, a desenvolver ou a restabelecer as aptidões e capacidades da pessoa por forma a possibilitar a sua inserção ou reinserção vida social;
- 5 **Integração** pressupõe uma plena e activa participação da pessoa na vida social e económica e uma maior autonomia possível.

Também no **Capítulo III** da mesma faz referência às áreas de intervenção como a da Educação, da saúde, do emprego e a da formação profissional, da protecção, da acessibilidade e mobilidade, da cultura, do desporto e do recreio.

O artigo 11 referente a educação decreta que:

- 1- A intervenção no sistema educativo visa proporcionar a progressiva integração dos portadores de deficiência no sistema de ensino.
- 2- O Estado em colaboração com outras instituições (autarquias locais, associações ou organizações da sociedade civil), promove o ensino especial Lei nº 122/V/2000 (P: 276).

### **2.2.6 - A Lei Orgânica do Ministério da Educação (2001)**

A Lei Orgânica do Ministério da Educação trata, entre outras questões, das Direcções do Ensino, a saber, o Pré – escolar, o Básico o Secundário como serviços centrais. Em relação a primeira e à segunda Direcções, como serviços que superintendem a orientação e a coordenação dos estabelecimentos de ensino pré – escolar e básico têm por incumbência, entre outras tarefas, a de “Promover a integração sócio – educativa dos indivíduos com necessidades educativas especiais, nomeadamente dos que são portadores de deficiências, (Lei Orgânica, 2001, P:633).

À Direcção do Ensino Secundário foi atribuída no que diz respeito à “educação especial” a tarefa de “Promover a Integração Sócio – educativa dos indivíduos com Necessidades Educativas Especiais, nomeadamente os que são portadores de deficiências, ao nível do Ensino Secundário” e de “Colaborar na definição da política de acção social escolar e de educação para a saúde e desenvolver acções que promovam a igualdade de oportunidade de acesso e sucesso escolar, no ensino secundário” (idem).

## **2.3- OUTROS DOCUMENTO ORIENTADORES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CABO VRDE**

### **2.3.1 Plano Nacional de acção de Educação para Todos**

O Fórum Mundial sobre educação realizado em Dakar, Abril de 2000 permitiu fazer uma avaliação profunda da situação das Necessidades Educativas Fundamentais e encontrar os meios mais eficazes para ultrapassar algumas lacunas observadas. Este Fórum também veio reafirmar os princípios enunciados na Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Jomtien, 1990) que teve como objectivo principal a expansão das actividades de protecção e desenvolvimento da pequena infância principalmente as mais vulneráveis e desfavorecidas.

Para a elaboração do Plano Nacional de Acção de Educação Para Todos esse Fórum de Dakar teve um papel preponderante principalmente no que toca a elaboração da sua matriz referencial de acção para a pequena infância. Com isso o Plano Nacional de Acção de Educação Para Todos traçou algumas medidas de política para o período 2003-2010 relacionado a educação especial, a saber:



- Reforço nos currículos e nas práticas pedagógicas dos professores do EBI, dos valores relacionados com a cidadania, a democracia, o ambiente, a paz e a justiça;
- Reforço das equipas concelhias de apoio aos alunos deficientes com dificuldade de aprendizagem;
- Implementação de centros integrados de recursos e competências para apoio á inovação de metodologias de formação de quadros e professores;
- Adaptação de algumas escolas existente e das novas escolas às crianças com Necessidades Educativas Especiais, (Plano Nacional de Acção de Educação Para Todos, 2002, P:57).

### **2.3.2- Plano Estratégico de Educação**

O Plano Estratégico de Educação, veio reforçar as mesmas medidas e políticas do Plano Nacional de Acção de Educação Para Todos (tendo em conta que este veio um ano mais cedo). Assim indica como medida:

- A integração nos programas de formação inicial e contínua dos professores de EBI de temáticas ligadas ao Ensino Especial e à educação de adultos;
- Adaptação de algumas escolas existentes e das novas escolas às crianças com NEE;
- Reforço da formação contínua de professores em matéria de Necessidades Educativas Especiais;
- Reforço das equipas concelhias de apoio aos alunos deficientes com dificuldades de aprendizagem, (Plano Estratégico para a Educação 2003, P:52).

Ao analisar este documento pudemos constatar que não fazem nenhuma referência ao ensino secundário que é onde se encontra o nosso objecto de pesquisa. Ele trata somente do Ensino Básico Integrado, isto pode se justificar pelo facto de que a escolaridade mínima obrigatória é o 6º ano do EBI é por isso que estão a investir nesse nível de ensino. Debruçar sobre o Ensino Secundário é um desafio e já se fala na possibilidade da escolaridade mínima obrigatória passar a ser o 8º Ano de escolaridade.

### **2.3.3- Programa de Governo**

O Programa do Governo da VII Legislatura elegeu para a Legislatura 2006- 2011 um conjunto de medidas que visam, suprimir os constrangimentos identificadas no sistema educativo. Nos últimos 5 anos o sistema educativo Cabo-verdiano teve um crescimento

acelerado implicando a implementação de medidas eficazes que combatessem as insuficiências decorrentes da fraqueza institucional. Por isso o governo na sua nova legislatura propôs implementar uma política de promoção da descentralização da gestão da educação, tendo em conta as potencialidades e capacidades dos municípios.

Estão assente no presente programa de governo as medidas para a melhoria da qualidade do ensino (Básico, Secundário e Superior). Uma das medidas para o Ensino Básico e Ensino Secundário é o fortalecimento da Educação Especial com ênfase na integração escolar das crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE).

Ao analisarmos o programa do governo para a legislatura 2006/2011, ao nosso ver pela grandiosidade desse documento o que falam sobre a Educação Especial é muito restrito, ou seja, as perspectivas do governo para um período de 5 anos é enfatizar a integração das crianças com NEE no ensino regular.

#### **2.4- A responsabilidade do Ministério da Educação em relação as crianças e adolescentes com NEE**

A educação das crianças/adolescentes com NEE é necessariamente também uma responsabilidade do Ministério da Educação, facto que ilustrado pela LBSE/90 e pela Lei Orgânica deste Ministério.

Como fizemos referência anteriormente, o Ministério da Educação, especificamente a Direcção do Ensino Básico e Secundário (DGEBS) tem como incumbência a integração no ensino regular das crianças com NEE.

É nesta linha que têm sido organizados os serviços da Educação de modo a garantir a educação deste grupo específico de crianças. Para melhor compreender o estudo de caso em referência faremos, em breves linhas, a contextualização a DGEBS, concretamente do sector da Educação Especial.

#### **2.4.1 Organização dos serviços na linha da Educação Inclusiva.**

##### **2.4.1.1 A actuação da Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário - Serviço central do Ministério da Educação e Ensino Superior**

Em 1993/1994 houve contratação de 2 técnicos que formaram inicialmente a equipa de Educação Especial, cuja responsabilidade foi de implementar a Educação Especial Integrada no país. Assim, executou-se, no âmbito da GEP, o Projecto de Implementação de Educação Especial Integrada (PIEEI, 1994), que após o período inicial foi integrado a nível da DGEBS, como Unidade/Sector de Educação Especial. Assim, do ponto de vista prático pode-se dizer que houve criação do Sector da Educação Especial, (Termos de Referência, Educação de Pessoas com NEE, 2006, P:6).

Em 2003, houve reforço da equipa da EE com a contratação de 2 técnicos. Actualmente há 5 técnicos da DGEBS que trabalham directamente com o Sector da Educação Especial continuando integrado na DGEBS (Idem).

Este Sector, segundo os documentos consultados no mesmo (Termos de Referência, Educação de Pessoas com NEE, 2006, P:6), ele é responsável por:

- Actividades de divulgação do projecto Escola Inclusiva da UNESCO;
- Acções de sensibilizações quanto a problemática da deficiência no país;
- Acompanhamento de casos pontuais de crianças com NEE integradas no ensino regular;
- Acções de capacitação na área das NEE dirigidas a coordenadores pedagógicos e gestores com efeito multiplicador abrangendo os professores (com base no conjunto de materiais para formação de professores da UNESCO);
- Aquisição e distribuição de materiais específicos de Educação Especial;
- Criação e monitorização de Núcleos Locais de Educação Inclusiva em todas as Ilhas e concelhos do País entre outras, (Termos de Referência, Educação de Pessoas com NEE, 2006, P:6).

Segundo o plano de actividades da Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário (2006) verificamos que foram realizadas diversas actividades através do Sector da Educação Especial. Onde esses têm agendado para o ano lectivo 2005/2006 as seguintes actividades:

- ✓ Edição e divulgação do desdobrável “Educação Inclusiva”;
- ✓ Elaboração de uma proposta de Educação Inclusiva;
- ✓ Socialização da proposta junto aos parceiros para recolha de subsídios;
- ✓ Encontro nacional sobre a Educação Inclusiva;
- ✓ Aquisição de material para Educação Especial;
- ✓ Distribuição dos materiais oferecidos pelo MEC do Brasil;
- ✓ Formação do subdirector dos assuntos sociais e comunitários para trabalhar com alunos com NEE;
- ✓ Sensibilizar as direcções das escolas Secundárias para a questão de acolhimento de alunos com NEE;
- ✓ Acompanhamento das crianças com NEE inscritas nas Escolas Secundárias.

Segundo os técnicos do Sector da Educação Especial (Relatório sobre Jornada de Reflexão sobre Educação “Desafios da Educação Inclusiva em Cabo Verde, 2006), o encontro nacional sobre a Educação Inclusiva foi realizado dia 24 de Julho de 2006, na Cidade da Praia nas instalações da Promotora, Garantia e BCA. A Jornada de Reflexão cujo o lema era “Desafios da Educação Inclusiva em Cabo Verde” onde foram debatidos vários pontos como a falta de um documento - lei que ampara a Educação Inclusiva no País.

Esta Jornada de Reflexão teve como objectivos:

- Criar um espaço de reflexão sobre a Educação Inclusiva tendo em vista a sua efectiva definição e implementação no país;
- Clarificar o conceito de Educação Inclusiva e
- Sensibilizar os participantes sobre esta abordagem e contribuir para uma melhor assunção do conceito de Educação Inclusiva;
- Recolher subsídios para a sua regulamentação respectivamente (Idem).

Ainda essa Jornada de Reflexão contou a ilustríssima presença da S.Excia a Sra Ministra da Educação, da Sra Directora do Ensino Pré-escolar e Básica, do Sr Embaixador do Brasil de um representante das Nações Unidas, dos técnicos da Educação Especial entre outros. É de salientar que na mesma foi apresentada a Versão Zero do documento-lei que regulamenta (definição, procedimentos, organização e aplicações) da Educação Inclusiva em Cabo Verde, elaborados pelos técnicos da Educação Especial para ser analisado e discutido a fim de sair uma versão/proposta a ser apresentado às autoridades competentes (Relatório elaborado pelos técnicos da Educação Especial, 2006).

Diante de tudo isso gostaríamos de parabenizar o Sector pelo trabalho que vem desenvolvendo apesar das barreiras e gostaríamos de dizer que todos aqueles que tiverem possibilidade de dar o seu contributo que dê, que não pense que essa tarefa diz respeito só aos

familiares das crianças com Necessidades Educativas Especiais, às escolas, professores e ao governo porque essa é uma luta de todos. «Não neguemos a essas crianças os seus direitos».

#### **2.4.1.2- A actuação das Delegações do Ministérios da Educação e Ensino Superior - serviços regionais**

O Sector da Educação Especial com vista à criação de condições a nível regional para o atendimento de alunos com NEE tem se desenvolvido acções de capacitação na área de NEE, dirigidas as equipas de coordenação pedagógica (envolvendo também gestores e professores de alunos com NEE). A proposta é que, em decorrência, esta equipa representa ao mesmo tempo o que tem-se denominado Núcleo Local de Educação Inclusiva (NLEI) no concelho, cabendo a este também dinamizar as actividades na linha da Educação Inclusiva (Termos de Referência, Educação de Pessoas com NEE, 2006, P:7).

As orientações têm sido no sentido de que os planos de actividades das delegações do MEES contemplem acções de replicação da capacitação em NEE aos professores; identificação e análise dos casos de NEE e definição – em articulação com o Sector da Educação Especial – de estratégias pedagógicas para melhor responder às diferentes situações de NEE. Neste contexto a equipa dos serviços centrais cabe monitorar as actividades e apoiar em situações específicas, (Idem).

#### **2.4.2 Constrangimentos tidos na implementação da Educação Inclusiva no arquipélago de Cabo Verde**

Segundo o Documento “Termo de Referência, Educação de Pessoas com NEE em Cabo Verde” (2006; P:7), elaborado pelo Sector da Educação Especial os constrangimentos que a DGEBS, especificamente que o sector da Educação Especial tem tido para a implementação da Educação Inclusiva são:

- Pouca clarificação do conceito/abordagem de Educação Inclusiva ao nível do MEES;
- Lei de Bases do Sistema Educativo inadaptada aos pressupostos da Educação Inclusiva para não dizer que há uma ausência de um documento - lei ou portaria ministerial que regule a Educação Inclusiva;
- Fragilidades organizacionais;
- Serviços Centrais: Sector da Educação Especial não definido institucionalmente;

- Serviços Regionais: deficit na assunção da responsabilidade sobre a educação das crianças com NEE: pouca funcionalidade dos NLEI; falta de qualificação dos recursos humanos.
- Recursos Humanos: carência de especialistas das mais diversas áreas como a fonoaudiologia/terapia da fala, próteses auditivas entre outros; deficit na formação de professores com pouca ou nenhuma oferta das instituições de formação de professores de disciplinas/módulos sobre NEE e ausência de oferta de formação em Educação Especial;
- Recursos Materiais: carência de instrumentos e aparelhos específicos.

### **2.4.3 Prioridades definida pelos Sector da Educação Especial**

A educação é um direito de todos os cidadãos e sendo assim tem de ser criadas todas as condições necessárias de modo a permitir que as pessoas portadoras de deficiências tenham os seus direitos salvaguardados. Desta forma deve figurar como uma das prioridades a criação de uma Rede Nacional de Educação Inclusiva (Termo de Referencia, Educação de Pessoas com NEE em Cabo Verde, 2006; P:8).

Sendo assim, estão entre as diversas prioridades traçadas pelo sector da Educação Especial as seguintes (Idem):

- ✓ Criação de Recursos Humanos e materiais;
- ✓ Melhorar a assunção a nível do Ministério da Educação o conceito de Educação Inclusiva;
- ✓ Definição clara das linhas de actuação ao nível da Educação Inclusiva;
- ✓ Regulamentação da Educação Inclusiva (versão zero do documento regulador trabalhado para ser discutido e aprovado;
- ✓ Melhorar definição das estratégias organizacionais e de gestão dos serviços centrais e descentralizados.

Estas prioridades traçadas aqui, mostra-nos claramente que apesar de já se ter dado o início a implementação da Educação Inclusiva em Cabo Verde falta materializar alguns pontos importantes, é necessário ressaltar que a DGEBS (Sector da Educação Especial) teve um papel preponderante nesse processo de implementação e está a dar passos significativos para a sua consequente efectivação.

### **CAPÍTULO III: A INCLUSÃO DE ALUNOS CEGOS NO ENSINO SECUNDÁRIO**

Como referimos anteriormente, o eixo principal deste trabalho de pesquisa é a questão da escolarização das crianças e adolescentes cegos. A preocupação inicial foi em compreender os princípios da Educação Inclusiva em Cabo Verde, tendo como pano de fundo a inclusão de alunos cegos no Ensino Secundário.

A leitura e análise dos documentos que tivemos acesso permitem dizer que existem no país um número considerável de pessoas com deficiência, ou seja, existem aproximadamente 14.000 pessoas, o que equivale, como já afirmamos, à 3,2% da população do país.

No que diz respeito aos problemas ligados a capacidade de visão, o censo (INE, 2000) indicou, em 2000, a existência de mais ou menos 2.500 pessoas com deficiência visual, entre os quais 385 são totalmente cegos.

Diante deste cenário, é importante notar que a Declaração sobre os Direitos Humanos (1948) consagra a educação como sendo um direito de TODOS os cidadãos. Compreende-se daí que independentemente das qualidades, problemas, limitações quer sejam físicas/motoras, intelectuais, visuais, auditivas ou outras, todas as pessoas devem e podem ser escolarizadas.

Assim, o desafio é a criação, a nível do Ministério da Educação e Ensino Superior, de condições que permite de facto que o grupo específico de pessoas com deficiência tenha acesso e sucesso educacional.

A análise feita anteriormente possibilita afirmar que o Governo de Cabo Verde tem tomado algumas iniciativas ou providências para que, em particular, as pessoas com deficiências tenham seus direitos respeitados.

Como já foi afirmado, a educação das pessoas cegas é a questão fundamental deste trabalho de pesquisa e para que melhor se compreenda a inclusão destas no Ensino Secundário, decidimos realizar um estudo de caso na Escola Secundária Manuel Lopes, onde se encontram incluídas as duas alunas cegas, sobre as quais o estudo incide.

Assim, na sequência apresentamos uma breve caracterização do Ensino Secundário, cujo objectivo foi situar este nível de ensino e levantar informações que pudessem ajudar a compreender o percurso escolar das referidas alunas. Posteriormente apresentamos também uma breve caracterização da Escola Secundária Manuel Lopes, escola frequentada pelas alunas em referência.

### **3.1 Caracterização do Ensino Secundário em Cabo Verde**

O Ensino Secundário encontra-se organizado em três ciclos<sup>12</sup>, cada um deles com a duração de dois anos. A nível nacional temos 33 Escolas Secundárias oficiais - das quais 4 oferecem Cursos de Ensino Técnico - e 22 Escolas Secundárias privadas de pequena dimensão ([www.minedu.cv](http://www.minedu.cv), 6 de Abril de 2006 19:20).

A maioria das escolas privadas, utilizam instalações e professores das escolas oficiais e recrutam, sobretudo, alunos que ultrapassaram o limite de idade para frequentar o ensino secundário oficial (Idem).

---

<sup>12</sup> Como mostra a Organograma do Minsitério de Educação em Anexo



Segundo os dados disponíveis sobre o ensino oficial ([www.minedu.cv](http://www.minedu.cv), 6 de Abril de 2006 19:20), o primeiro ciclo de Ensino Secundário (tronco comum) era frequentado por 50% do total dos alunos e funciona em todos os Concelhos do país. O segundo ciclo que funcionava em 25 escolas, era frequentado por 33% dos alunos e no terceiro ciclo, a funcionar em 19 escolas, estavam inscritos os restantes 17%, (Idem).

Na última década, a rede escolar do Ensino Secundário foi alargada com novas escolas em edifícios próprios ou ocupando, por vezes instalações do ex-EBC (Ensino Básico Complementar). Presentemente, estão em construção ou já estão programados pelo GEP, a construção de diversos edifícios para o Ensino Secundário. Esta situação permite um certo optimismo quanto à qualidade dos equipamentos educativos oficiais, aconselhando-se apenas o desenvolvimento de esforços para que se possam efectuar, com alguma urgência, reparações e obras de conservação nos edifícios mais antigos ([www.minedu.cv](http://www.minedu.cv), 06/04/06; 19:20).

Ao analisarmos este documento do Ministério da Educação ([www.minedu.cv](http://www.minedu.cv), 06/04/06; 19:20). Pudemos constatar que o Ensino Secundário é composto maioritariamente por alunos do 1º Ciclo e que nos últimos anos tem aumentado o número de alunos nesse nível de ensino. Isto fica assente quando apontam as sucessivas construções de novas escolas secundárias e a ocupação, por vezes, do EBC para pôr cobro a tanta solicitação.

### **3.2 Caracterização da *Escola Secundária Manuel Lopes***

Escola Secundária Manuel Lopes, recém criada e inaugurada pelo actual governo de Cabo Verde, situa-se em Calabaceira, um dos subúrbios da capital (Praia). Segundo um documento oferecido pela direcção desta escola a mesma dispõe de:

- ✓ 17 Salas de aulas;
- ✓ 8 WC;
- ✓ 1 Cantina/refeitório;
- ✓ 1 Sala de professores;
- ✓ 1 Laboratório;
- ✓ 1 Pavilhão desportivo;
- ✓ 1 Sala de informática;
- ✓ 1 Secretaria;

- ✓ 1 Espaço administrativo (funciona como gabinete do Sub Director Pedagógico e Sub Director de Assuntos Comunitários);
- ✓ 1 Sala de Director e
- ✓ 1 Biblioteca.

Para responder de forma eficaz às demandas das populações vizinhas nomeadamente: Vila Nova, Ponta D'Água, São Martinho Pequeno, Eugénio Lima, João Varela e Santana, a mesma conta com bloco anexo situada em Achadinha, Ex Escola Secundária Regina Silva, espaço onde estudam as duas alunas cegas, a Janice e a Keula. Este Bloco é composto por:

- ✓ 12 Salas de aulas;
- ✓ 1 Sala de professores;
- ✓ 1 Sala de informática;
- ✓ 1 Secretaria e conta ainda com mais
- ✓ 4 Salas na Escola Básica de Calabaceira.

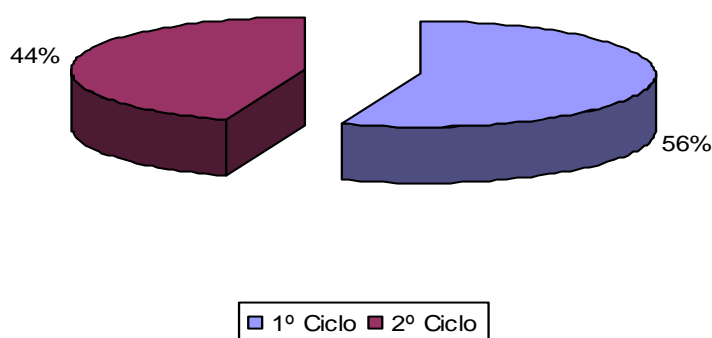
### **3.2.1 O Corpo discente**

Em relação ao número de alunos que a Escola Secundária Manuel Lopes apresenta, podemos dizer que, no ano Lectivo 2005/2006, havia um total de 1.694 alunos.

Quanto aos ciclos, afirmamos que existem dois sendo, portanto, o 1º e 2º ciclos. No que diz respeito a distribuição dos alunos confirmamos que 943 alunos estavam matriculados (documento oferecido pela Direcção da Escola Secundária Manuel Lopes, 2006), no 1º Ciclo (7º e 8º Anos de escolaridades) e 751 alunos no 2º Ciclo (9º e 10º Anos de Escolaridades) onde se encontram a Keula e a Janice.

Relativamente a distribuição dos alunos por ciclos, o gráfico que se segue é ilustrativo

**Gráfico 1: Números de Alunos por Ciclo**



**Fonte:** (documento oferecido pela Direcção da Escola Secundária Manuel Lopes, 2006)

Podemos, portanto, constatar que no 1º ciclo existem mais (56%) alunos que no 2º ciclo (44%). Observa-se ainda que não existe o 3º ciclo nessa Escola Secundária.

Constatamos também que a Escola Manuel Lopes vem funcionando normalmente com todos os seus órgãos de gestão, a saber:

- ✓ Um conselho directivo formado por 5 elementos presidido por uma Directora
- ✓ Três Sub Directores (o Pedagógico, o de Assuntos Sociais e o Administrativo) e
- ✓ Uma Secretária.

Paralelamente ao Conselho Directivo funciona o órgão composto por:

- ✓ 1 Presidente;
- ✓ 1 Vice-Presidente;
- ✓ 1 Secretário;
- ✓ 1 Representante de Pais/ Encarregado de Educação,
- ✓ 1 Representante de Estudante;
- ✓ Representante da Câmara Municipal;
- ✓ 1 Representante da polícia e

- ✓ 1 Representante de Saúde.

Mesmo com tudo funcionando de modo razoável eles apontaram alguns constrangimentos (documento oferecido pela Direcção da Escola Secundária Manuel Lopes, 2006) como:

- ✓ A localização das duas escolas em bairros vulneráveis e com isso vem sofrendo actos de vandalismo e agressões dos “gangs” aos alunos;
- ✓ Falta de energia eléctrica e telefone;
- ✓ Falta de pagamento regular das propinas por parte dos alunos;
- ✓ Existência de salas em blocos anexos e
- ✓ Falta de verba para cobrir todas as necessidades da escola visto que só única receita da escola é a propina.

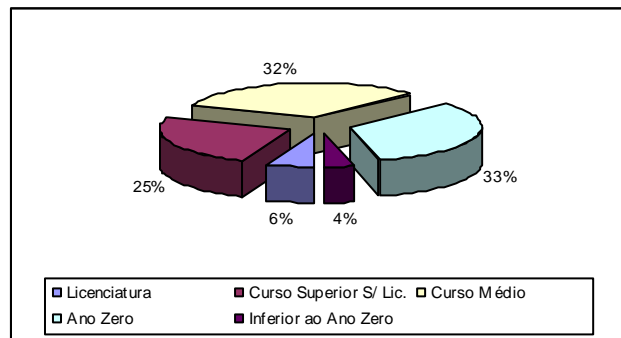
Apesar (documento oferecido pela Direcção da Escola Secundária Manuel Lopes, 2006), destes constrangimentos apontaram algumas perspectivas para o ano lectivo 2006/2007: prevê-se a criação do 3º ciclo inexistente até o momento uma vez que a escola dispõe de condições físicas e de um corpo docente capaz de responder as exigências da população.

### **3.2.2-Corpo docente**

A Escola Secundária Manuel Lopes conta com oitenta (80) docentes, dos quais 52 são formados e 28 encontram-se em formação. Por esta informação vemos que, de facto, existe uma aposta na elevação da formação académica/profissional dos professores, o que poderá ter como consequência a melhoria da qualidade do nível de Ensino/Aprendizagem dos alunos.

Relativamente ao nível de formação dos docentes, vejamos o gráfico que se segue:

**Gráfico 2:** Número de professores por habilitações literárias



Fonte: (Ficha Estatística do corpo docente, ano lectivo 2005/06, sp)

Como é evidente, a maior parte dos docentes da Escola Secundária Manuel Lopes possui formação superior, seguida dos cursos médios. Quanto as habilitações inferiores ao ano zero, apenas são contemplados 4% dos docentes.

As alunas cegas foram entrevistadas e podemos ouvir as opiniões das mesmas quanto a questão da formação dos professores. Do ponto de vista delas, os professores necessitam urgentemente de uma formação específica, ou seja, formação na área de NEE, de modo que possam dar melhor atendimento as necessidades que elas apresentam.

Os 05 professores entrevistados compartilham da mesma opinião. Isso fica claro quando lhes foi feita a seguinte questão: Sentem necessidade de uma formação ligada ao Ensino Especial, tendo em conta que possuem alunos especiais”?

Tomando como referência a totalidades (5) de professores entrevistados, afirmamos com propriedade que 100% destes responderam que sentiam muita necessidade de uma formação na área das NEE, pois os possibilitaria a dar mais e melhores contributos para essas alunas e, possivelmente aos alunos vindouros.

Nós estamos de acordo que os professores durante a sua formação, quer no ISE, quer no IP ou qualquer outra instituição de formação devem ter cadeiras sobre NEE, uma vez que é proposta que as crianças e adolescentes com NEE sejam incluídas no sistema de ensino. Assim, os professores têm que estar preparados para responder prontamente à diversidade de alunos.

A Educação Inclusiva, como já foi mencionado, é uma abordagem educativa que tem como princípio que todas as crianças, independentemente das aptidões ou limitações apresentadas devem ser educadas no ensino regular.

Concretamente a LBSE afirma que:

A integração em classes regulares de crianças e de jovens portadores de deficiência será promovida sempre que daí resultem vantagens para a sua educação e formação tendo em conta as necessidades de atendimento específico e apoio dos professores, pais ou encarregados de educação, (LBSE nº 103/III/90, P: 27).

Ainda no que diz respeito a formação de professores vimos que o Plano Estratégico Para a Educação (2003) traçou medidas de política de formação de professores, tais como:

A integração nos programas de formação inicial e contínua dos professores de EBI de temáticas ligadas ao Ensino Especial e à educação de adultos;  
Reforço da formação contínua de professores em matéria de Necessidades Educativas Especiais, (Plano Estratégico para a Educação 2003, P:52).

Para responder a necessidade de formação de professores, a Direcção do Ensino Básico e Secundário, concretamente o Sector da Educação Especial têm desenvolvido acções de formação/sensibilização dirigidas aos coordenadores pedagógicos, gestores e professores de alunos com NEE, (Plano de Actividade do Sector da Educação Especial, Relatório Sobre a Formação ocorrida em Assomada elaborados pelo mesmo).

Ainda podemos reforçar, referindo que de 25 de Julho a 3 de Agosto de 2006, a Direcção do Ensino Básico e Secundário desenvolveu uma acção de formação, em cooperação com o Brasil, que incidiu sobre:

- ✓ O sistema Braille e Código Matemático Unificado (CMU);
- ✓ Orientação e Mobilidade (OM) e Actividade de Vida Diária (AVD);
- ✓ Metodologia de Ensino da Língua Portuguesa para Surdos, (Relatório elaborado pelos técnicos do Sector da Educação Especial, 2006, P:1).

A formação foi ministrada por uma especialista (contratada pela Secretaria de Educação Especial do MEES). Esta formação teve como grupo alvo o pessoal dos Serviços Centrais do MEES nomeadamente o pessoal da (DGEBS, IGE, DET); dos Serviços Regionais do MEES nomeadamente os (coordenadores pedagógicos, gestores e professores das Delegações do

MEES da Praia, São Domingos, São Miguel, Santa Cruz, Santa Catarina, Tarrafal, Brava, Mosteiros, São Filipe e Maio); do ISE da Praia; do IP da Praia e Assomada; da Escola Técnica da Assomada; da Escola Secundária de São Domingos e representantes da Associação de Deficientes Visuais de Cabo Verde, (Relatório elaborado pelos técnicos do Sector da Educação Especial, 2006, P:2).

Esta formação teve alguns benefícios:

- ✓ 23 Educadores capacitados na área do Braille e CMU, em OM e AVD, o que quer dizer que todos os participantes nessa formação já possuem recursos humanos capacitados,
- ✓ Materiais específicos e Kits pedagógicos disponibilizados para todos os Núcleos Locais de Educação Inclusiva afectos as Delegações do MEES de Sotavento, (Relatório elaborado pelos técnicos do Sector da Educação Especial, 2006, P:8).

Ainda nesta formação foram delineadas algumas prioridades a serem definidas:

- ✓ Definição urgente de critérios ou instrumentos para a garantia da multiplicação das acções de formação (propostas de calendário e programas de multiplicação);
- ✓ Definição de mecanismo de monitorização (serviços centrais);
- ✓ Maior atenção para os concelhos/ilhas onde já foram identificadas situações de cegueira/baixa visão (Praia, Santa Catarina, Tarrafal, São Filipe, Mosteiro e Brava), (Relatório elaborado pelos técnicos do Sector da Educação Especial, 2006, P:1).

### **3.3- Caracterização da Amostra pesquisada**

Segundo os dados recolhidos junto dos técnicos do Sector da Educação Especial existem 14 pessoas cegas a frequentar o ensino regular.

Destes indicadores foram eleitas duas alunas, Janice e Keula que constituíram nossa amostra uma vez que são as únicas alunas cegas no Ensino Secundário Público, na Praia. Nós como futuros professores do ensino secundário primeiramente temos que ter conhecimento no que concerne a esta temática com o intuito de dar o nosso contributo para a melhoria da qualidade de ensino sobretudo a esse nível, (a tabela abaixo permite uma melhor caracterização das mesmas).

**Tabela Nº 1 – Caracterização da Amostra**

<b>Nomes</b>	<b>Idade Actual</b>	<b>Cegueira</b>	<b>Escola</b>	<b>Nível de ensino</b>
Keula Semedo	16 anos	De nascença	Ex Regina Silva Actual bloco	Ensino Secundário: ano lectivo 2006/07. frequentam o 10º ano
Janice Ferreira	17 anos	Adquirida aos 2 anos	anexo da ES Regina Silva	

Fontes: Sector da Educação Especial. Alunos cegos integrados no ensino regular, 2006 e Entrevista feita às alunas.

### **3.4- A frequência do Jardim-de-infância**

Durante o trabalho de pesquisa sentimos necessidade de compreender o percurso escolar traçado por Janice e Keula desde o Pré-escolar. Isto nos permitiu recolher uma série de informação que possibilitou uma melhor compreensão do percurso destas no Ensino Secundário.

A frequência do Pré-escolar é também um direito de todas as crianças, inclusive das crianças que apresentam NEE.

Segundo o Plano Nacional de Acção de Educação Para Todos (PNA-EPT, 2002), Cabo Verde vem acompanhando, o movimento internacional de consciencialização sobre os efeitos benéficos de uma educação precoce, (PNA-EPT 2002, P:17). Como prova disso podemos referir, que foi realizado um Encontro Nacional da Política Social para a Infância e a Adolescência, onde foi aprovada a Declaração Nacional que contou com a adesão das principais autoridades do país, de acordo com os compromissos assumidos na Cimeira Mundial da Criança realizada em 1990. Cabo Verde em 1998 esteve representado nesse encontro onde também foi aprovado o Relatório Inicial sobre o estado de Aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança.

Podemos verificar que já há um avanço significativo em termos de documentos de orientação, por exemplo, a Convenção dos Direitos da Criança, (1989). Não obstante ainda



persistem alguns problemas que destacaremos apenas dois como é o caso da pobreza estrutural do país e a ausência de uma política específica para o Sector da Educação Especial, (PNA-EPT 2002, P:17).

Segundo as entrevistadas feitas a Keula e Janice, concluímos que ambas frequentaram o jardim, porém com percursos diferente.

A Keula disse-nos o seguinte: “Eu frequentei o jardim da Juliana em Safende onde escrevia normalmente como os outros colegas porque a professora não sabia Braille”. Mais uma vez fica assente que há necessidade de formação dos Orientadores de Infância, isto é, do Pré-escolar. No caso da Keula se a professora dela do jardim soubesse o Braille e tivesse lhe ensinado desde jardim ela teria mais facilidade em aprender a escrever o Braille. Disse-nos ainda que foi ao jardim com 4 anos por iniciativa dos pais. No que tange ao espaço físico do jardim ela disse que não era grande, mas que dava para brincar com os colegas sem muitos problemas.

Já com a Janice a história foi um pouco diferente, como ela nos disse:

Frequentei o Jardim de São Jorge e não escrevia porque a minha professora não sabia Braille, enquanto os outros escreviam a professora ficava a conversar comigo, mas o resto de actividades eu acompanhava os colegas como brincar por exemplo.

Questionada sobre com quantos anos foi ao jardim ela respondeu que tinha 4 anos e que o jardim que ela frequentou era modesto, que o espaço não era muito grande mas que dava para brincar.

A Janice disse-nos ainda que a iniciativa de ir ao jardim partiu dela porque ela e que só começou a frequentar o jardim porque a irmã mais velha estava a frequentar o jardim e como ela não queria ficar sozinha em casa então pediu a mãe que a deixasse acompanhar a irmã mais velha e a mãe dela concordou.

### **3.5- A frequência do Ensino Básico**

A garantia da escolarização básica a todas as pessoas tem sido uma das preocupações do Ministério de Educação. Com a Educação Inclusiva, as propostas são de que as crianças e adolescentes com NEE tenham acesso, permanência e sucesso no ensino regular.

Como vimos anteriormente, a Lei orgânica do Ministério de Educação (2001) incumbiu a Direcção da Educação Pré-escolar e Básica a responsabilidade pela integração de alunos com NEE. Com isto queremos dizer que é, de facto, de responsabilidade do Ministério de Educação criar condições que permitam aos alunos com NEE, nomeadamente as cegas, ter seus direitos garantidos.

Na sequência, faremos breves considerações sobre a frequência do Ensino Básico, destacando as conquistas e constrangimentos que a Janice e Keula puderam vivenciar.

Portanto, iniciaremos por dizer que, segundo as informações fornecidas através da entrevista, Keula entrou no EBI com 6 anos de idade e a Janice com 8 anos de idade. Elas frequentaram a mesma escola no Ensino Básico (Escola Paz e Amor), a qual se situava em Vila Nova. Elas também tiveram o mesmo professor durante o percurso no EBI. Foi durante esse percurso que ambas aprenderam o Braille cada uma a seu tempo.

A Keula disse-nos que foi um pouco difícil aprender o Braille que só o conseguiu fazer na 2ª Classe. Já a Janice disse-nos que aprendeu a escrever o Braille na 1ª classe.

Este aspecto remete-nos a uma outra questão que colocamos a essas alunas que é: o que venha a ser Braille de que tanto falaram? Ambas responderam, que Braille é a forma como os cegos escrevem. Muitos autores definem o Braille como sendo um processo de escrita em relevo para leitura tátil pelos cegos, ([www.acessibilidade.net](http://www.acessibilidade.net), 17 de Setembro de 2006, 21:33). Assim, para nós o Braille é a forma como os cegos lêem e escrevem utilizando os dedos, ou melhor, a sensibilidade para escrever como para ler.

E quando as perguntamos se o professor delas sabia Braille no EBI ambas responderam que não. Que o professor delas começou a aprender o Braille com um dos técnicos do Sector da Educação Especial (a partir do momento em que a Janice e a Keula passaram a ser aluna

dele) e assim foi aprendendo e ensinado a elas o Braille. Nós pudemos verificar que é fundamental a formação dos professores nesta área específica. Mas não podemos deixar de salientar que o governo de Cabo Verde, ou seja, o Ministério da Educação também já se apercebeu do mesmo, tanto que ao elaborar tanto o Plano Nacional de Acção de Educação para Todos (2002) quanto na elaboração do Plano Estratégico para Educação (2003), tem como Medidas de Política o reforço da formação contínua de professores em matéria de NEE.

Também as entrevistadas disseram-nos que elas se relacionavam muito bem com os professores, mas que os seus colegas no início não sabiam como trata-las e mostravam ter um pouco de preconceito em relação a elas. Contudo, com o tempo eles aprenderam a respeitá-las. Apesar desses constrangimentos disseram-nos que aprender o Braille foi o que mais as facilitou durante o percurso delas para o EBI, e que transitar do EBI para o ES também foi graças ao Braille, que portanto a ele se deve o sucesso que sempre tiveram.

Como vimos tanto a Keula como a Janice apontaram como factor chave do sucesso escolar delas o Braille no entanto a escola que elas frequentavam não tinha nenhuma máquina Braille, o professor delas não tinha formação em Braille. Faz-se necessário dizer que esse por sua vez procurou ajuda de um técnico do Sector Da Educação Especial e aprendeu algumas coisas em Braille porque ele era o único professor para todas as disciplinas e mostrou o seu lado profissional tentando agarrar a esse factor chave para o ensino e aprendizagem das suas duas alunas. Podemos dizer que ser professor é ser profissional porque tem que se criar meios, estratégias para fazer todos os alunos acompanharem as aulas e ter sucesso na sua vida escolar.

### **3.6 A frequência do Ensino Secundário: um percurso marcado pelo sucesso escolar**

Nos últimos anos em Cabo Verde, o número de alunos no ensino Secundário tem-se aumentado. Sendo assim o Ministério da Educação, na Lei Orgânica de 2001 atribui, como já referimos anteriormente, à Direcção do Ensino Secundário a responsabilidade de promover a integração sócio-educativa dos indivíduos com NEE e desenvolver acções que promovam a igualdade de oportunidade de acesso e sucesso escolar, no ensino secundário.

No nosso estudo de caso podemos afirmar categoricamente que as alunas Keula e Janice tiveram acesso ao ensino Secundário tanto que estão a frequentá-lo até este momento e com sucesso. Este facto foi confirmado quando as questionamos se durante o percurso delas pelo Ensino Secundário alguma vez reprovaram e, com muita satisfação responderam que não.

O estudo permitiu constatar que a Janice entrou para o Ensino Secundário quando tinha 14 anos de idade, e logo no início deparou com algum constrangimento. A mesma durante a entrevista disse o seguinte:

Logo quando entrei no 7º ano tive alguns colegas que gozavam comigo, houve um colega que tirou-me os óculos e partiu-os, mas com o tempo eles aprenderam a conviver com a minha diferença e vice-versa, hoje relaciono-me bem com os meus colegas, e todo o pessoal da minha escola, apesar dos meus colegas às vezes perturbam um pouco a minha aprendizagem porque fazem muito barulho durante as aulas.

A Keula disse-nos também que logo no início das aulas no 7º Ano de escolaridade, período em que tinha 13 anos de idade, ela sofreu um pouco com os preconceitos por parte dos outros alunos. Segundo ela, com o tempo foi superando.

Como já referimos anteriormente uma das actividades na linha da Educação Inclusiva pela qual o Sector da Educação Especial, responde é justamente a questão da sensibilização sobre a problemática da deficiência no país. Neste sentido eles têm desenvolvido actividades de sensibilização na Rádio Educativa, nas várias escolas do país dirigidas aos professores e gestores, às direcções das escolas entre outros,

Quanto as perturbações nas aulas, os (5) colegas entrevistados admitiram que, às vezes, faziam muito barulho. Tivemos a oportunidade de assistir, ou seja, de observar algumas aulas na turma em que Janice e Keula estão incluídas e tivemos a mesma percepção desta situação.

Contudo, não podemos deixar de frisar aqui, que a intervenção ou apoio dos colegas tem sido fundamental no sucesso tanto da Janice como da Keula. Como elas mesmas nos disseram - e esta informação foi reafirmada pelos colegas entrevistados - que quando não compreenderem qualquer matéria de uma ou outra disciplina os colegas explicam-nas tanto nos intervalos como deslocando a casa delas para esclarecer as dúvidas que elas tiverem.

Ainda salientamos que duas das alunas entrevistadas, sentam-se juntamente com elas, tiram apontamentos e depois ditam a elas e também explicam algumas coisas. Segundo os colegas a presença dessas alunas na turma tem sido importante para todos eles, porque ganham experiências maravilhosas, que é o saber conviver e respeitar as pessoas diferentes. Pode-se dizer que a inclusão só faz sentido desta forma, quando nenhuma das partes sai prejudicada (nem as crianças com NEE, nem as ditas normais) respeitando as suas diferenças.

Depois disso, a Janice e a Keula, foram questionadas ainda sobre os materiais disponíveis na escola para poderem acompanhar as aulas. A Janice disse-nos que não há, mas que precisam sobretudo de materiais didáticos para a aula de Matemática que não conseguem acompanhar. A Keula acrescentou que há falta de uma máquina na escola para passar os testes e textos nas aulas de Português. Portanto, a Keula e Janice conseguem acompanhar as aulas de Português com apoio das alunas que sentam na mesma carteira. Também os professores fizeram essa mesma constatação quando os questionamos: Quais os materiais<sup>13</sup> didáticos disponíveis na escola para trabalhar com essas alunas cegas? Os (5) professores entrevistados (100%) responderam que não há nenhum material didático para trabalhar com essas alunas, ainda acrescentaram que para trabalhar com essas alunas os professores têm que “inventar” os materiais didáticos.

No que concerne a falta de acompanhamento de algumas aulas, compartilham da mesma opinião tanto colegas como alguns professores, afirmando que a Keula e a Janice não acompanham as aulas de Matemática e Francês e consequentemente são as disciplinas que menos gostam. Os próprios professores dessas disciplinas deixam transparecer claramente a preocupação deles, em relação a falta de acompanhamento nas suas aulas por parte das alunas Janice e Keula quando foram questionados: Como tem sido o trabalho com essas alunas? Um dos professores (Matemática) disse-nos que tem sido muito difícil trabalhar com essas alunas porque não há materiais didáticos necessários para melhor transmitir os conhecimentos a Keula e a Janice uma vez que são cegas precisam de materiais didáticos específicos para poderem ultrapassar a essa limitação, o outro professores (Francês) disse-nos que tem tido muitas dificuldades em trabalhar com essas alunas principalmente em explicar os conteúdos a elas, visto que ele é um professor estrangeiro tem dificuldades em falar português e crioulo.

---

<sup>13</sup> Em anexos estão alguns materiais utilizadas por pessoas cegas.

Na sequência disso, perguntamos que disciplina (s) mais gostam. A Janice disse-nos que de todas as outras e a Keula disse-nos que gosta mais do Desenvolvimento Económico e Social, e os colegas uns apontaram Ciências Naturais, outros Português e outros ainda Desenvolvimento Económico e Social.

Diante de alguns constrangimentos com os quais elas se deparam, podemos identificar também algumas facilidades como:

- ✓ O facto de terem aprendido o sistema de leitura/Braille;
- ✓ O apoio dos pais: a esse respeito elas foram questionadas: acham que foi fundamental a participação dos seus pais na sua vida escolar? A Janice disse: “sem dúvidas, porque são eles que me deram sempre todas as condições para estudar para além do apoio moral e forças que eu preciso para continuar”. A Keula disse-nos: “sim, se não fosse a força e o apoio dos meus pais nunca teria chegado onde eu estou (9º ano de escolaridade)”.

Nessa mesma linha foram feitas aos professores a seguinte pergunta: Qual é o papel da família e da escola na inclusão dessas alunas nas escolas regulares? As opiniões foram unânimes dizendo que a família tem um papel preponderante nesse processo estimulando, motivando, apoiando incondicionalmente esses alunos e estar sempre em colaboração com a escola, que a escola tem o papel é de apoiar e criar condições a nível dos materiais didácticos.

Diante disso pudemos verificar a responsabilidade dos pais da Janice e Keula no sucesso das mesmas.

- ✓ A ajuda por parte dos colegas tem sido muito importante para o sucesso delas durante o percurso delas na escola;
- ✓ O esforço por parte de alguns professores para que elas conseguissem acompanhar as aulas;
- ✓ O apoio por parte da DGEBS com materiais didácticos e acompanhamento das aulas na sala delas com intuito de buscar a forma mais adequada para o ensino e aprendizagem delas;
- ✓ O esforço delas em acompanhar as aulas e ter sempre sucesso.

Seguidamente nós perguntamos a elas se têm recebido apoio do Estado ou de outras instituições ligadas a essa área. Quanto a isto elas responderam que sim, que há duas semanas atrás tinham recebido uma máquina Braille oferecida pela DGEBS. Importa dizer que esta Direcção Geral adquiriu este equipamento no âmbito do projecto “Apoio com materiais específicos para a educação/escolarização de crianças cegas”, financiado pelo UNICEF. Estas máquinas as ajudavam nas aulas e a Keula acrescentou ainda que tem recebido apoios como papel específico para escrever Braille.

A Janice disse-nos que sente-se incluída na sua escola uma vez se relaciona muito bem com todo o pessoal e a Keula disse-nos que sente-se incluída na sua escola apesar de ter tido alguns constrangimentos durante estes anos de estudos.

É nessa linha que os professores (5) entrevistados foram questionados sobre o que é para eles a inclusão onde 40% responderam que para eles a inclusão é trazer todos os alunos para estudar nas escolas regulares, 20% disseram-nos que a inclusão é inserir dentro do grupo escolar, 20% que a inclusão é fazer com que todos se sintam tratados da mesma forma e 20% disseram-nos que para eles a inclusão é dar oportunidades aos alunos a ter um espaço numa determinada escola para estudarem.

No que concerne as perspectivas das alunas Keula e Janice em continuar os estudos. A Janice disse que pretende fazer curso de advocacia e a Keula disse que está indecisa qual é o curso que quer fazer embora a sua perspectiva é ter um curso superior, porque só desta forma que estará garantida o futuro dela.

Como afirmamos anteriormente essas duas alunas já estão incluídas, então perguntamos a elas o que acham que deve ser feito para a inclusão de mais alunos com NEE nas escolas regulares, ambas apontaram criar condições materiais e a Janice apontou formar professores de modo a saberem como lidar melhor com alunos com NEE.

Mais uma vez a questão de formação de professores fez-se evidenciar, foi solicitada por uma das alunas com NEE, e não podemos deixar de dizer que também os professores entrevistados (100%), afirmaram que sentem necessidade de formação na área de NEE para que possam contribuir de melhor forma possível no ensino-aprendizagem dessas alunas.

Nós estamos de acordo que se deva formar professores para trabalhar com alunos com NEE uma vez que já foi implementada a Educação Inclusiva no nosso sistema educativa e os professores tem de se adaptar aos alunos e não vice-versa.

E fechamos a nossa entrevista solicitando a Janice e a Keula que deixassem um apelo as autoridades competentes e aos seus colegas cegos, onde a Keula apelou as autoridades competentes que criem condições para continuarem a estudar e aos seus colegas fez o seguinte apelo: «apelo aos meus colegas que tenham muita força porque juntos conseguiremos vencer. A Janice disse:

Apelo as autoridades que façam mais por todos os deficientes porque às vezes fico com a sensação que eles esquecem de nós, e aos meus colegas apelo que não desistam dos seus sonhos, que não deixem que os preconceitos os vencem porque eu vou lutar com todas as minhas forças para que ele não me vença.



## CONCLUSÃO

O trabalho de Investigação Científica que por ora acabamos de elaborar teve como modelo Metodológico um estudo de caso cujo tema é “A Educação Inclusiva Em Cabo Verde: Um Estudo Sobre a Inclusão de Alunos Cegos no Ensino Secundário”.

Este tema surgiu do interesse de aprofundar os nossos conhecimentos sobre esta área porque como sabemos um bom professor é aquele que investiga e inova os seus conhecimentos e leva-os aos seus alunos e compartilha-os também com os outros colegas como forma de melhorar o nosso sistema de ensino aprendizagem.

Terminado o desenvolvimento da nossa memória monográfica pudemos chegar às seguintes conclusões:

- ✚ Que as organizações internacionais (UNESCO/UNICEF) têm dinamizado encontros entre os países de todos os continentes com intuito de em conjunto traçar as directrizes norteadoras da implementação da Educação Inclusiva para todos os países e a sua consequente efectivação;
- ✚ Que os governantes de Cabo Verde só vieram a mostrar preocupações em relação às pessoas portadoras de deficiência depois da independência mais concretamente nos anos 90. Foi nesse período que criaram as legislações que amparam a Educação Especial Integradas (EEI) em Cabo Verde (de entre os documentos que tivemos acesso a 1ª legislação em Cabo Verde que fala da EEI é a Lei de Bases do Sistema Educativo de 90). Ainda é de salientar que Cabo Verde tem participado nos encontros internacionais e tem posto em prática algumas directrizes saídas desses encontros. Como se sabe Cabo Verde é um país pobre que enfrenta diversas dificuldades tendo criado ao longo dos anos mais e mais legislações sobre NEE, materializando algumas e perspectivando outros a médio e longo prazo. É importante salientar que ainda não há no país um documento que regulamenta a

implementação da educação inclusiva em Cabo, porém algumas providências foram tomadas, pois já foi elaborada, pelo Sector da Educação Especial, a Versão-Zero do Documento Regulador da Educação Inclusiva em Cabo Verde, restando a sua apreciação e aprovação a ser feita pelas entidades competentes.

- ✚ Que os professores necessitam de formação na área da NEE e que de uma forma geral todo o pessoal que trabalha no Ministério da Educação precisam de uma formação na área de NEE porque pensamos que para criar escolas inclusivas há que se fazer a mudança no sistema de ensino em geral e todo o pessoal que trabalha no sistema tem de estar clarificado sobre a Educação Inclusiva. Pois faz-se necessário frisar que um dos objectivos do nosso trabalho de pesquisa foi o de verificar até que ponto os professores estão preparados para lidar com crianças com NEE que dada a sua situação de cegueira carecem de uma Educação Especial. E chegamos a conclusão que estão preparados para trabalharem com alunos com NEE, mas eles precisam ter mais conhecimentos de como lidar com essas crianças visto que alguns dos professores entrevistados disseram-nos que tinham dificuldades em explicar as matérias para as alunas Keula e Janice e como já dissemos anteriormente os professores têm que se adaptar aos alunos de forma a lidar melhor com as diversidades dos mesmos.
- ✚ Que é necessário que nas instituições de ensino público ou privado haja cadeiras nos currículos dos docentes sobre a NEE, e que os próprios professores tentem pesquisar mais para estar sempre em sintonia com o desenvolvimento do sistema educativo principalmente o de Cabo Verde;
- ✚ Que o Sector da Educação Especial tem feito os possíveis para a melhoria da qualidade de ensino das crianças com NEE, também tem conquistado vários parceiros para que as diversas actividades desenvolvidas fossem hoje uma realidade, mas que também tem sofrido constrangimentos de várias ordens (supracitados);

Um dos objectivos do nosso trabalho é verificar como está sendo feito a inclusão dos alunos cegos no ensino secundário e chegamos a conclusão de que:

- ✚ Ainda não se pode falar de uma inclusão efectiva dos alunos com NEE (cegos) nas escolas regulares principalmente no que tange ao Ensino Secundário. Segundo os

dados adquirido junto do Sector da Educação Especial, neste momento, só foram identificadas 2 alunas a esse nível de ensino.

Gostaríamos de salientar que já se deu o primeiro passo para a implementação da Educação Inclusiva no ensino secundário tanto que a Janice e a Keula estão a frequentar nesse ano lectivo 2006/2007 o 10º Ano de escolaridade e (respondendo a um dos objectivos do nosso trabalho que era Verificar como está sendo feito a inclusão de alunos cegos no Ensino Secundário), podemos dizer que a inclusão dos alunos cegos no Ensino Secundário está sendo feito de uma forma gradual por isso é necessário criar mais condições e levar mais alunos com NEE a frequentar o Ensino Secundário para a sua consequente efectivação;

✚ As meninas (Keula e Janice) já estão Incluídas no Ensino Regular como prova disso é que ao longo do percurso escolar delas nunca reprovaram muito pelo contrário tiveram sempre sucesso e isso também é a expressão das suas percepções. Elas fizeram um percurso escolar normal, ou seja iniciaram do jardim (neste nível não estudaram juntas), passaram ao ensino básico integrado (embora a Janice tenha entrado no EBI com 2 ano a mais do que a Keula). Fizeram todo o percurso escolar juntas nas mesmas condições (as mesmas escolas, os mesmos professores, os mesmos colegas, entre outros). Durante as entrevistas feitas a Keula e a Janice demonstraram o desejo de ter mais colegas portadores de deficiências na mesma escola ou numa outra escola o importante é que estejam a frequentar uma escola, com força de modo a conseguirem realizar os seus sonhos driblando todos os constrangimentos de uma forma positiva;

✚ Que o MEES já fez muitas coisas em relação a inclusão das pessoas com NEE (cegos) mas que há muito mais por fazer.

Entretanto como já é sabido a educação não é tarefa só do Ministério da Educação ela é uma tarefa da sociedade em geral então é fundamental que as entidades que possuem condições façam parcerias com o Governo (MEES) para a melhoria do nosso sistema de ensino, para a inclusão dos alunos com NEE, é necessário que façam isso o mais rápido possível ajudando assim o MEES a salvaguardar o direito a educação que é um direito de todos.

## **SUGESTÕES**

A formação dos professores vem ganhando destaque entre as demandas mais emergentes para o aprofundamento do processo de Inclusão entretanto torna-se claro que é imprescindível uma participação mais qualificada dos educadores para o avanço desta importante reforma educacional.

### **Às Instituições de formação de Professores:**

Pois sugerimos às instituições de formação dos professores (IP e ISE) que revejam o currículo de formação e que incluam cadeiras relacionadas com a Educação Inclusiva, como forma de dar aos professores uma base sólida no que concerne a maneira de lidar com as crianças e jovens com NEE.

### **Aos Professores:**

Que não deixem a iniciativa de melhoria do sistema de ensino partir sempre do MEES, mas que se juntem discutem problemas que afectam à sua escola, os seus alunos. Que busquem junto com Ministério da Educação solucionar esses problemas. Como se sabe do professor depende grande parte do sucesso ou fracasso dos alunos.

### **Ao MEES:**

Sugerimos que o Ministério da Educação invista mais na educação dando melhores condições de trabalho aos professores e alunos e consequentemente estarão a garantir maiores sucessos escolares, melhores cidadãos, maior desenvolvimento. É importante frisar que o Ministério da Educação tem feito diversas coisas na área de NEE, mas que falta muito mais por fazer, nomeadamente regulamentação da Educação Inclusiva no país; capacitação de recursos humanos e criação de condições materiais.

**Ao Sector da Educação Especial:**

Ao Sector da Educação Especial sugerimos que desenvolvam mais actividades e formações que englobam o ensino secundário visto que existem várias lacunas no que diga respeito as áreas de NEE e da inclusão. Que divulguem mais as informações (nos meios de comunicação social) relacionadas as actividades desenvolvidas e tudo que diga respeito ao sector.

**Às Escolas:**

Às escolas deixamos a seguinte sugestão: que desenvolvam actividades de sensibilização aos alunos sobre a forma de relacionarem com os alunos diferentes, uma vez que está sendo incluído alunos nas escolas regulares e inclusão significa trazer às escolas a diversidade então tem que preparar os alunos e todo o pessoal envolvido no sistema educativo porque senão haverá choques constantemente. Como se sabe tudo que é novo trás um pouco de resistência inicialmente. Para evitar constrangimentos desnecessário por parte das crianças com NEE é necessário tomar medidas urgentes a esse respeito.

**Às organizações governamentais e não governamentais:**

Sugerimos que desenvolvam mais parcerias com o MEES para a melhoria do nosso sistema de ensino e consequentemente para a melhoria da nossa sociedade.

## **BIBLIOGRAFIA**

BARBOSA, M. F. R. R. M. (2003), As Políticas Para a Educação Especial Integrado Em Cabo verde: um estudo sobre os processos de escolarização e profissionalização de pessoas cegas. Florianópolis, Sta Catarina.

Constituição da República de Cabo Verde, (1980). Praia.

Constituição da República de Cabo Verde, (1992). Praia.

Constituição da República de Cabo Verde, 1ª Revisão Ordinária/1999. Praia.

Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das NEE, conferência mundial sobre NEE Acesso e Qualidade, (1994). Salamanca.

Instituto Nacional de Estatísticas, (2000). RGPH, censo de 2000. Praia.

MILLER, Peter, (2003). Educação Inclusiva: Contextos Sociais. Porto Alegre.

Ministério da Educação (1990). Lei de Bases do Sistema Educativo. Lei n. 103/III/90. Praia.

Ministério da Educação, (1994). Projecto de Implementação da Educação Especial Integrada (PIEEI). Praia.

Ministério da Educação, (2000). Lei 122/V/2000 Boletim Oficial n. 17, série I, 12 de Junho de 2000. Praia.

Ministério da Educação, (2001). Lei Orgânica do Sistema Educativo, Lei Orgânica, 2001, BO nº 36, I série). Praia.

Ministério da Educação,( 2002). Plano Nacional de Educação para Todos. Praia.

Ministério da Educação, (2003). Plano Estratégico Para a Educação. MEVRH/PROME. Praia.

Ministério da Educação, (2005). DGEBS/Sector da Educação Especial. Relatório Anual de Actividades. Praia.

Ministério da Educação, (2005), Ensaios Pedagógicos Construindo Escolas inclusivas. Brasília.

Ministério da Educação, (2006). DGEBS/Sector da Educação Especial. Relatório da Jornada de Reflexão “Desafios da Educação Inclusiva em Cabo Verde”. Praia.

Ministério da Educação, DGEBS/Sector da Educação Especial, (2006). Alunos cegos integrados no sistema de ensino regular. Praia.

Ministério da Educação. DGEBS/Sector da Educação Especial, (2006). Proposta de Documento Regulador da Educação Inclusiva em Cabo Verde. Praia.

Ministério da Educação, (2006). DGEBS/Sector da Educação Especial. Termos de Referência: Educação de pessoas com Necessidades Educativas Especiais em Cabo Verde, (2006). Praia.

OLIVEIRA, **M.T.M.** (1991). Didáctica Da Biologia. Lisboa.

Secretaria de Educação Especial MEC. (2005). Educação Inclusiva documentos Subsidiário à política de Inclusão. Brasil /Brasília.

## **SITES CONSULTADOS**

<http://www.acessibilidade.net>, 17 de Setembro de 2006, 21:33

<http://www.Altavista.com> 8 de Agosto de 2005

<http://www.crmariocovas.sp.gov.br> 18 de Junho 2006, 20:00

<http://www.google.com> 13/ 05/06 21: 2

<http://www.google.com> a 23 Julho 2006, 10:33

<http://www.google.com>, 24/09/06; 8:10

Extraído em: <http://www.inclusão.com.br/index> , 20 de Agosto de 2006.

<http://www.minedu.cv>, 6 de Abril de 2006 19:20



# ANEXOS